

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ANTONIO CLAUDIO DA SILVA

**A questão da captação do esgoto sanitário e as políticas públicas na cidade de
São Borja: case de implantação no bairro do Passo**

**São Borja
2015**

ANTONIO CLAUDIO DA SILVA

**A questão da captação do esgoto sanitário e as políticas públicas na cidade de
São Borja: case de implantação no bairro do Passo**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências Sociais
– Ciência Política da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Sociais - Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Bernardino
Colvero

**São Borja
2015**

ANTONIO CLAUDIO DA SILVA

**A questão da captação do esgoto sanitário e as políticas públicas na cidade de
São Borja: case de implantação no bairro do Passo**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências Sociais
– Ciência Política da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Sociais - Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:
03 de dezembro de 2015.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua
UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a. Lisianne Ceolin
UNIPAMPA

Dedico este trabalho a minha esposa,
“bem” Rosa Maria, ao meu neto Antônio
Fernandes, aos meus filhos, Caroline,
Claudio, Bruna, Rafael, noras e genros.

AGRADECIMENTO

Ao Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero,

Aos professores do campus São Borja,

Aos amigos da BASE ALIADA, (Alessandro, Claudio e Janete)

Aos técnicos administrativos,

Ao pessoal da manutenção,

A todos os colegas de curso, TURMA 2012,

Um agradecimento especial se faz necessário, a Mirela Ferreira, e Jonas Jaques.

Aos meus pais, Delfino (*in memoriam*) e Delcira a minha irmã, Ana Fátima.

E sem dúvidas ao Arquiteto do Universo.

O meu muito obrigado!

“Sê humilde se queres adquirir a sabedoria, Sê mais humilde ainda, quando a adquirir”.

Helena Petrovna

RESUMO

O presente trabalho vem propor uma reflexão acerca da implantação das redes de captação de esgotos, tratamento e eliminação de resíduos no município de São Borja, especificamente no território conhecido como “bairro do Passo”, área com cerca de três mil moradores e que é a primeira beneficiada com a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, através de contrato firmado entre o Poder Público Municipal e a Companhia Riograndense de Saneamento. Na busca por informações sobre a situação das políticas públicas e o desenvolvimento da cidade foram feitas pesquisas de campo, baseadas em questionário aplicado a uma amostra de moradores atingidos, gerando resultados quantitativos. A abordagem da política pública de saneamento básico, em especial no que se refere ao esgotamento sanitário, é apresentada neste trabalho devido a sua importância e o impacto desta na saúde da população. Traz como resultados, entre outros, o desconhecimento da população acerca do tema e o interesse do poder público e das organizações envolvidas em atingir toda a comunidade da área urbana da cidade de São Borja.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Saneamento Básico; Esgotamento Sanitário; Legislação; Contrato.

RESUMEN

Este artículo propone una reflexión sobre La implantación de las redes de captación de las alcantarillas, tratamiento y la eliminación de residuos en el municipio de San Borja, específicamente en la zona conocida como “barrio del Passo” .Área con cerca de tres mil habitantes que es el primero en beneficiarse de la implantación del Proyecto Municipal de Saneamiento Básico, por acuerdo entre el Gobierno Municipal y la Compañía Riograndense de Saneamiento. En la búsqueda de informaciones sobre la situación de las políticas públicas y el desarrollo de la ciudad se realizaron estudios de campo, basados en cuestionarios administrados a una muestra de los residentes afectados. Generando resultados cuantitativos. Los enfoques de la política pública de saneamiento básico, especialmente en lo que se alude al agotamiento sanitario, se presenta en el trabajo debido a su importancia y el impacto de esto en la salud pública. Trae como resultado, entre otros, el desconocimiento de la población sobre el tema y el interés de las autoridades públicas y las organizaciones arrolladas para llegar para llegar a toda la comunidad de la zona urbana de San Borja.

Palabras-Llave: Políticas Publicas; Saneamiento Basico; Agotamiento Sanitario; Legislacion; Contrato

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa etária	39
Tabela 2 – Gênero	40
Tabela 3 – Escolaridade.....	41
Tabela 4 – Para você, o que é uma “política pública”?	43
Tabela 5 – Pensando na realidade de São Borja, como você diria que está o Saneamento Básico/Redes de Esgoto?	45
Tabela 6 – Você sabia que aconteceram, recentemente, aqui no Bairro do Passo, obras para a implantação das redes de esgoto?.....	46
Tabela 7 – Na sua opinião por que ocorreu a implantação da rede de esgoto no bairro do Passo?	48
Tabela 8 – Os moradores do bairro do Passo foram consultados sobre a implantação da rede de captação de esgoto?	50
Tabela 9 – Você participou de alguma Audiência Pública?.....	51
Tabela 10 – Na sua opinião existiu participação da Associação de Moradores?	52
Tabela 11 – Na sua opinião qual o resultado das obras de implantação das redes de esgoto aqui no bairro do Passo?	54
Tabela 12 – Como ficou a qualidade de vida dos moradores após a implantação das redes de captação de esgoto?	55
Tabela 13 – Como ficou a saúde pública depois da implantação das redes?	56
Tabela 14 – Como você acha que ficou a valorização dos imóveis atingidos pela implantação das redes de esgoto?	57
Tabela 15 – Na sua opinião, de uma forma geral, como ficou o meio ambiente?	58
Tabela 16 – Na sua opinião como ficou o desenvolvimento de São Borja?	59

LISTA DE GRÁFICOS

Quadro 1 – Dados do Contrato de Prestação de Serviços.....	37
Gráfico 1 – Faixa etária	40
Gráfico 2 – Gênero.....	41
Gráfico 3 – Escolaridade	42
Gráfico 4 – Entendimento de “política pública”	44
Gráfico 5 – Saneamento Básico em São Borja	46
Gráfico 6 – Conhecimento sobre a execução das obras no bairro do Passo	47
Gráfico 7 – Opinião sobre a implantação da rede de captação	49
Gráfico 8 – Consulta aos moradores	50
Gráfico 9 – Participação em Audiência Pública.....	52
Gráfico 10 – Participação da Associação de Moradores	53
Gráfico 11 – Avaliação do resultado das obras no bairro do Passo	54
Gráfico 12 – Mudança na qualidade de vida dos moradores	55
Gráfico 13 – Avaliação da saúde pública	57
Gráfico 14 – Valorização dos imóveis	58
Gráfico 15 – Preservação do meio ambiente	59
Gráfico 16 – Avaliação do desenvolvimento do município	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	As políticas públicas	13
2.2	O Saneamento Básico	21
2.3	O Esgotamento Sanitário	24
2.3.1	Política Pública de Saneamento Básico	24
2.3.2	Saneamento Básico: Seus Aspectos Legais	25
3	SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL	28
3.1	Histórico, Bases e Concepções do Saneamento Básico no Brasil	28
3.2	Estrutura Legal	29
3.3	Competências dos Entes	30
3.3.1	União	30
3.3.2	Estados	32
3.3.3	Municípios	32
4	METODOLOGIA	33
4.1	Pesquisa de Campo	35
4.1	Apresentação da Pesquisa e Análise dos Resultados	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
	ANEXOS	65

1. Introdução

De acordo com a Lei 11.445/2007, a qual tem entre seus princípios a universalização do acesso ao saneamento básico, observa-se que a União delega aos Municípios a responsabilidade de atingir as metas contidas nessa legislação, onde se estabelecem diretrizes e recursos para tanto. Com base nesta Lei, bem como em dados coletados no decorrer das pesquisas, buscou-se analisar de forma focada o município de São Borja, localizado na mesorregião de Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul onde, num período compreendido entre os anos de 2012 a 2015, pode-se avaliar as políticas de ampliação da rede de saneamento básico na área urbana referente ao bairro do Passo, a fim de buscar aproximar-se ao máximo do que entende-se por universalização do acesso ao saneamento básico.

Para tanto, percebeu-se a necessidade de consultar a população atingida pela implantação desta política pública e a conhecer a sua avaliação do processo. Para chegar a este entendimento, estipularam-se algumas questões, as quais foram respondidas por uma amostra de residentes, no decorrer dos instrumentos de pesquisa de campo, buscando identificar quais os benefícios da iniciativa para o desenvolvimento da comunidade.

Buscou-se com esse trabalho analisar a temática central diante de todas as óticas disponíveis, como: sociedade, governo e autarquia responsável pela respectiva rede.

Ainda considerou-se fundamental, uma abordagem acerca da importância da água e do saneamento na história da humanidade, assim como nos tempos atuais.

Destaca-se que o objetivo principal desse trabalho, é analisar e apresentar considerações em torno da captação do esgoto sanitário e políticas públicas na cidade de São Borja, na fase de implementação no bairro do Passo.

2. Referencial Teórico

A água é um bem da humanidade, sendo que está cada vez mais difícil de obtê-la. Este fato já foi observado no conflito ocorrido entre Israel e os Países Árabes – a famosa “Guerra dos Seis Dias” –, ocorrido em 1967, no qual os países envolvidos buscavam o domínio das fontes de águas localizadas nas Colinas de Golan, localizadas no Oriente Médio.

Atualmente, no território brasileiro, verifica-se um exemplo da disputa pela água entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Os referidos estados vêm sofrendo com a escassez desse recurso natural, decorrendo disso a disputa e a divergência quanto ao uso das águas do rio Parnaíba do Sul, que faz divisa entre eles.

Em razão da importância desse recurso para sobrevivência de todos os povos, este tema tem sido o centro de alguns estudos e pesquisas, como o ocorrido “VII Fórum Mundial da Água”¹, realizado em Daegu, na Coreia do Sul, durante os dias 12 e 13 de abril de 2015: nesse encontro foi relatado que 2/3 da população mundial serão afetados pela falta da água no ano de 2050.

Por todos esses fatores, percebeu-se a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que busquem o tratamento de esgotos e de seu reaproveitamento. Diante disso, é trazida a proposta de estudo de caso envolvendo o presente trabalho, que aborda a implantação das políticas públicas de saneamento básico, no período de 2012 a 2015, desenvolvido na área urbana da cidade de São Borja, localizada na mesorregião de Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Como base para o conhecimento foram abordados o conceito de “políticas públicas” e de “saneamento básico”, bem como observada a implantação das políticas públicas de saneamento básico dentro das ações governamentais de São Borja, e quais os benefícios em específico, para a comunidade do Bairro do Passo.

2.1. As políticas públicas

Neste capítulo inicial abordaremos alguns conceitos de políticas públicas e o seu entendimento por estudiosos do tema, e ainda, serão trabalhadas algumas questões de aplicação prática em torno do referido assunto.

De acordo com Secchi (2013), política pública deve ser compreendida como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. O referido autor prossegue essa definição afirmando que “uma política pública possui dois elementos

¹ O “VII Fórum Mundial da Água”, realizado em Daegu, na Coreia do Sul, 12 a 17 de abril de 2015, foi promovido pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da Coreia do Sul, e é o maior evento mundial sobre a água. É realizado a cada três anos, com a presença de organizações civis e representantes governamentais.

fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público.” (SECCHI 2013, p. 02)

Na complementação do conceito de políticas públicas, no que se refere ao protagonismo no estabelecimento destas, o autor filia-se a abordagem multicêntrica. Assim, conforme Secchi (2013, p.2-3) a definição do que seja política pública não é determinada pela natureza jurídica do ente que busca soluções ao problema público. A análise multicêntrica permite constatar que não somente o Estado pode desenvolver políticas públicas, mas também as organizações privadas, as não governamentais e as multilaterais.

Quanto à possibilidade de ser a política pública uma ação ou omissão, o mesmo estudioso entende que “a partir da concepção de política pública como diretriz é bastante difícil aceitar a omissão como forma de política pública” (p. 6). Nesse sentido, completa que “se todas as omissões ou negligências de atores governamentais e não governamentais fossem consideradas políticas públicas, tudo seria política pública” (SECCHI, 2013, p. 6).

Além disso, as políticas públicas, de acordo com Secchi (2013, p. 7), não devem ser consideradas como somente aquelas ditas como macro diretrizes estratégicas, uma vez que se inserem no conceito de políticas públicas as diretrizes de nível intermediário e operacional, ou seja, programas, planos e políticas locais ou regionais.

A definição de política pública não é única, sendo abordada por aspectos diversos que vão desde os atores envolvidos até os elementos que a compõe. Assim, quanto à definição de política pública destacam-se as lições de Dias e Matos (2012, p.10) para qual esta é considerada uma área de conhecimento inclusa na ciência política. Observa-se que as políticas públicas só foram adquirir um status científico, no princípio do século XX, tanto na Europa como nos Estados Unidos.

Para Dias e Matos (2012, p. 10-11) a política pública também pode ser definida como um conjunto de princípios, critérios e linhas de ação que garantem e permitem a gestão do Estado na solução de problemas nacionais.

Em razão da diversidade de definições acerca de políticas públicas, a obra de Dias e Matos, citando Brirkaland (2012), evidencia outros conceitos propostos por diferentes autores, como o apresentado a seguir:

- A política pública é feita em nome do “público”.
- A política pública é geralmente feita ou iniciada pelo governo.

- A política pública é interpretada e implementada por atores públicos e privados.
- A política pública é o que o governo pretende fazer. (DIAS E MATOS, 2012, *apud* BRIRKALAND, 2010, p.20)

Assim, verifica-se que as políticas públicas tratam da gestão dos problemas e das necessidades coletivas, utilizando métodos que identifiquem o que é prioritário e racionalizem a aplicação de recursos. Dessa forma, considerando-se a política pública um programa de ação de um governo que pode ser executado pelo terceiro setor (ONGs, fundações, OSCIPS, etc.). (DIAS E MATOS, 2012, p. 14).

Constata-se que a expressão “público” está diretamente relacionada com a coisa pública, ou seja, aquilo que é pertencente ao povo. Deve-se destacar que as políticas públicas, em razão da relevância social de seu conteúdo, em muitos países, incluindo-se o Brasil, são contempladas na norma de maior hierarquia do Estado, ou seja, a Constituição.

Nesse sentido, os doutrinadores como Dias e Matos (2012) fazem referência a Bucci (2008, p. 254) que afirma que a “Constituição não contém políticas públicas em si só, mas direitos cuja efetivação se dá por meio de políticas públicas”.

Segundo Dias e Matos (2012, p. 17-18), as políticas públicas também podem ser analisadas quanto a sua natureza, reunindo-as por suas arenas decisórias (podendo ser regulatórias, distributivas, redistributiva e constitutivas); finalidades (podendo ser preventivas², compensatórias ou ativas³ e sociais⁴); e alcance das ações (podendo ser focalizadas⁵ e universalistas⁶).

Uma análise do conceito das políticas públicas permite verificar que não existe um modelo correto ou ideal para as políticas públicas, uma vez que a efetividade destas depende da realidade social, econômica e cultural do local que possui o problema público a ser resolvido.

Por isso existem as diversas tipologias para o termo, como forma de facilitar as ações dos governos quanto à realidade pública de cada local, pois isto repercute na esfera individual dos cidadãos. Assim, as políticas públicas serão

2 Que visam minimizar ou impedir a ocorrência de problemas sociais graves. (DIAS E MATOS, 2012, p. 18)

3 Programas sociais que tem por objetivo equilibrar os problemas sociais não resolvidos por programas anteriores. (DIAS E MATOS, 2012, p. 18)

4 Utilizadas para a redistribuição de renda. (DIAS E MATOS, 2012, p. 18)

5 Destinadas a um público específico. (DIAS E MATOS, 2012, p. 18)

6 Não possuem público definido – toda a sociedade pode ser contemplada. (DIAS E MATOS, 2012, p. 18)

direcionadas e realizadas de acordo com área a qual se busca solução, podendo ser social, de saúde pública, de educação entre outros.

Secchi (2013, p. 24) apresenta uma análise das políticas públicas quanto ao seu tipo, classificando seus conteúdos, atores, estilos e instituições. De acordo com esse entendimento determina que “as tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos, as instituições, dentro de um processo de política pública”.

Em relação às tipologias de conteúdo das políticas públicas o autor aborda: Lowi, Wilson, Gormey, Gustafsson, Bozeman e Pandey⁷ e a criação de novas tipologias.

A teoria de Theodore J. Lowi abordada na obra de Secchi (2013, p. 25) traz conceitos de políticas regulatórias, políticas distributivas, políticas redistributivas e políticas constitutivas.

Dessa forma, para o teórico, as políticas regulatórias: “estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados”. Logo, as políticas regulatórias constituem-se por fixar modelos de comportamentos que devem ser observados e seguidos pela sociedade.

Já as políticas distributivas estão relacionadas a benefícios para alguns indivíduos ou setores da sociedade, enquanto os custos desse benefício são suportados e divididos pela coletividade. A crítica a essa teoria reside em definir quais os sujeitos serão alcançados por determinados benefícios.

Já analisando as políticas redistributivas constata-se que tanto os benefícios, quanto os custos atingem um grupo específico e diverso. Há uma evidente divisão da categoria social que será a beneficiária de determinado direito e/ou vantagem e qual categoria de indivíduos e/ou setores suportarão financeiramente tal benefício.

Observa-se a partir da exposição feita por Secchi (2013, p. 26) que a crítica a esta teoria está no conflito ocasionado pela formação de dois grupos: os beneficiários e aqueles que suportam o custo dos benefícios. Os objetivos de cada um dos grupos serão antagônicos, pois um lutará pela manutenção do benefício e o outro, pela não realização da política redistributiva.

⁷ Os teóricos Lowi, Wilson, Gormey, Gustafsson, Bozeman e Pandey são apresentados neste trabalho através das observações de Secchi, na obra “Políticas Públicas: Conceitos, Esquema de Análise, Casos Práticos” – 2ª Edição, 2013.

Dentro das políticas constitutivas encontram-se as “políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas.” (SECCHI, 2013, p. 26).

Avaliando as políticas de regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas Secchi, observa que

é importante lembrar que as fronteiras que separam esses quatro tipos de políticas não são facilmente visualizáveis. As políticas públicas geralmente agregam características de dois ou mais tipos de política, por exemplo, as políticas de contratação e as relações trabalhistas, que possuem elementos regulatórios e redistributivos. A tipologia de Lowi despertou interesse nos meios acadêmicos e profissionais por sua utilidade para assuntos comparativos em um setor de política pública ou transversalmente entre vários setores de políticas públicas. (SECCHI, 2013, p. 25-26).

Tipologia desenvolvida por James Quinn Wilson analisada nos estudos de Secchi (2013, p. 26) compreendem as políticas públicas como: clientelista, de grupos de interesses, empreendedoras ou majoritárias. As políticas públicas clientelistas correspondem às chamadas políticas públicas distributivas da Teoria de Lowi, já apresentadas nesse trabalho. Sendo que, as políticas de grupos de interesse, identificam-se com as políticas públicas redistributivas de Lowi.

Por essa razão, a tipologia de Wilson ao focar sua análise no conteúdo da política pública quanto à distributividade de benefícios e custos, ratificou a Teoria de Lowi, bem como a complementou, conforme afirma Secchi (2013, p.26). A diferença marcante entre a teoria de Lowi e teoria de Wilson, de acordo com as análises realizadas por Secchi (2013, p. 27), reside na classificação da política pública empreendedora onde os benefícios se estendem à coletividade e não somente a determinados grupos, sendo que os custos são suportados por uma determinada categoria.

Tem-se ainda a classificação de políticas públicas, segundo a Tipologia de Wilson, como políticas majoritárias nas quais tanto benefícios como custos são distribuídos à coletividade. Secchi (2013, p. 27), observa que, no que se refere a custos e benefícios abordados na teoria de Wilson, estes não são necessariamente financeiros.

Na tipologia de Gormley as políticas públicas são observadas através da análise conjunta da capacidade que determinado assunto tem afetar e chamar atenção de elevado número de pessoas e do grau de complexidade do assunto enfrentado. A Tipologia de Gustafsson apresenta as políticas públicas como reais,

simbólicas, pseudopolíticas e sem sentido. Essa teoria analisada por Secchi (2013, p. 29) afirma que as políticas reais são aquelas em que o sujeito ativo tem a intenção de resolver determinado problema público e detém o conhecimento para resolvê-lo.

A política sem sentido, classificada por Gustafsson e analisada por Secchi (2013, p. 30) é definida como aquela em que não há intenção do agente em resolver determinado problema, nem este agente detém o conhecimento necessário para solucionar a questão, ou ainda inexistem alternativas capazes de resolver a matéria debatida.

Guillermo O'donnell (2011) nos esclarece em um conceito quem seria este agente:

[...] alguém dotado de razão prática e discernimento moral, que usa sua capacidade intelectual e motivação para tomar decisões que, em princípio, são razoáveis em função de sua situação e objetivos e dos que salvo provas conclusivas ao contrário, considera-se sejam o (a) melhor juiz (juíza). (O'DONNEL, 2011, p. 43).

O referido autor faz uma ressalva: de que a literatura não é homogênea frente ao real significado e descrição da política pública. Para compreender a definição de políticas públicas, além da tipologia quanto ao conteúdo destas características, de natureza jurídica é necessário analisar o seu ciclo de formação. Dessa forma, analisa-se o processo de elaboração de políticas públicas (*policy-making process*), proposto por Secchi (2013), composto por ciclos de políticas públicas (*poly-cycle*). O autor traz um roteiro de sete fases prioritárias que iriam compor este ciclo:

apesar de várias versões já desenvolvidas para visualização do ciclo de políticas públicas, restringimos o modelo às sete fases principais: 1) identificação do **problema**, 2) formação de **agenda**, 3) **formulação de alternativas**, 4) **tomada de decisão**, 5) **implementação**, 6) **avaliação**, 7) **extinção**. (SECCHI, 2013, p. 43 – grifo no original).

Pertinente é a conceituação de problema público: “resultado obtido pela análise da realidade pública e aquilo formulado subjetivamente pelo indivíduo como uma situação ideal”. Para identificar o problema, Secchi (2013, p.41-85) estudando Sjöblom, utilizou das lições deste considerando que a percepção do problema é algo subjetivo e que surge quando uma situação pública torna-se insatisfatória atingindo a percepção de grupos e/ou setores.

Seguindo os apontamentos de Sjöblom, apresentados por Secchi, a definição do problema permite que através disso seja possível identificar as soluções,

alternativas, os obstáculos e as causas destes, ou seja, permite conhecer todo o conjunto de elementos que compõe a situação pública insatisfatória.

A identificação do problema envolve também a possibilidade de solução, entendendo-se que constatado um problema público haverá a correlação pela busca de uma solução. Conclui Secchi nesse ponto que:

os partidos políticos, os agentes políticos e as organizações não governamentais são alguns dos atores que se preocupam constantemente em identificar problemas públicos. Do ponto de vista racional, esses atores encaram o problema público como matéria-prima de trabalho. Um político encontra nos problemas públicos uma oportunidade para demonstrar seu trabalho ou ainda, uma justificativa para a sua existência. A partir do momento em que uma espécie da fauna entra em extinção, e isso vem a conhecimento do público, surge a oportunidade de criação de uma entidade de defesa daquela espécie. A partir do momento em que um produto importado começa a atrapalhar um setor industrial, surge a oportunidade política de defender os interesses do setor industrial. Se um problema é identificado por algum ator político, e esse ator tem interesse na sua resolução, este poderá então lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação. Essa lista de prioridades é conhecida como agenda. (SECCHI, 2013, p. 45).

A segunda etapa do ciclo de formação da política pública reside na formação de agenda, significa que após a identificação dos diversos problemas públicos relevantes, estes são agrupados, a fim de possibilitar a elaboração de programas, planejamentos e metas para sua solução.

Secchi (2013, p. 47) aborda os elementos da formação da agenda política, citando as ideias de Cobb e Elder: para estes autores, os elementos da agenda governamental são diferentes atores com o entendimento da real necessidade de intervenção, bem como capacidade de resolutividade, que corresponde à verificação da efetiva necessidade de determinadas ações para enfrentamento do problema público. Além disso, tem-se também como elemento a competência, na qual o problema deve exigir responsabilidade dos atores envolvidos.

Contudo, no que se refere à formulação das alternativas, este é momento em que são elaboradas as metodologias, as pragmáticas, os planejamentos que visem ser úteis à solução do problema público. A etapa da tomada de decisão é realizada a partir da identificação do problema e de alternativas para sua eficaz solução. Assim, após a verificação de diversas ações para atingir a solução de um problema público, cabe ser verificado qual das alternativas apresentadas é aquela que mais eficazmente resolve a questão pública.

A implementação da política pública é a fase na qual as ações públicas são efetivadas a partir da tomada de decisão. Nesse momento, serão conhecidos os

resultados da concretização da alternativa escolhida para resolver o problema público. A política pública pode ser analisada sob dois aspectos: concentração de estudos acerca do processo de implementação, a chamada pesquisa de sobre implementação ou ainda direcionar o cerne da análise sobre os resultados, tendo-se a pesquisa avaliativa.

Quanto à definição da implementação da política pública e os atores governamentais, destaca-se aquela:

fase de implementação é aquela em que a administração pública reveste-se de sua função precípua: executar as políticas públicas. Para tanto, o *policymaker* necessita de instrumentos de política pública, ou seja, meios disponíveis para transformar as intenções em ações políticas. Se compararmos a atividade do *policymaker* com a atividade do médico, o problema público é a doença, a política pública é a prescrição médica, e o instrumento de política pública é o trabalho escolhido para tentar solucionar/amenizar o problema. (SECCHI, 2013, p. 57)

Na avaliação de uma política pública, é especialmente analisado se ela está efetivamente atingindo o objetivo estabelecido nas fases anteriores, para tanto é preciso estabelecer critérios, padrões ou indicadores avaliativos. A doutrina de Secchi (2013, p. 63) aponta como principais: economicidade⁸, produtividade⁹, eficiência econômica¹⁰, eficiência administrativa¹¹, eficácia¹² e equidade¹³.

Após estabelecer os critérios é preciso utilizar indicadores que apontem sobre diversos aspectos a efetividade ou não da concretização da política pública. Segundo Secchi (2013, p. 64), a elaboração de indicadores é tarefa difícil. O Tribunal de Contas da União – TCU – elaborou um manual com técnicas para auditorias, no qual explicita o que, para o órgão regulador, seriam as qualidades necessárias para um indicador em sistema de avaliação: validade, confiabilidade, simplicidade, acessibilidade e estabilidade.

Também nessa operacionalização, devem ser estabelecidos padrões, uma vez que estes permitem obter uma referência para análise dos indicadores. Avaliação da política pública permite a verificação do êxito desta, concluindo-se por sua continuação, bem como a possibilidade reestruturação, quando necessária uma maior efetividade.

⁸ Refere-se ao nível de utilização dos recursos.

⁹ Refere-se ao nível de saídas de um processo produtivo.

¹⁰ Relação entre produtividade e recursos utilizados.

¹¹ Refere-se ao tratamento do seguimento das prescrições.

¹² Nível de alcance de metas ou objetivos pré-estabelecidos.

¹³ Homogeneidade na distribuição de benefícios.

O último ciclo do processo de elaboração da política pública consiste em constatar, a partir da avaliação, a necessidade da extinção da implementação da política pública. A implementação da política pública pode ter encontrado graves adversidades e estes obstáculos podem, por vezes, comprometer a própria eficácia da busca por resolver problemas públicos. Ou ainda, no decurso do tempo pode determinada política pública perder sua relevância, dadas as contínuas mudanças na sociedade. Pode-se verificar que o problema público foi resolvido não sendo mais, portanto, necessária sua continuidade.

Secchi (2013, p. 67) argumenta que nem todas as políticas públicas são fáceis de serem extintas, como aquelas chamadas redistributivas, dentre as quais tem-se como exemplo a que instituiu o décimo terceiro salário: isso provocaria um conflito por parte dos beneficiários, supostamente quando declarado a extinção desta política. De acordo com o autor citado, as políticas públicas distributivas também apresentam certo grau de dificuldade em sua extinção, por entender ele que “a coletividade geralmente encontra dificuldades práticas de lutar contra interesses concentrados”.

No entanto, algumas políticas públicas são facilmente extintas seja pelo fato de já terem alcançados os objetivos traçados seja por terem tornando-se inadequadas frente às mudanças da realidade social. Após as definições, características e processo de elaboração das políticas públicas, a concentração de análise destas passa a ser realizada no que tange – e aproximando ao foco deste projeto – a setores como o meio ambiente e a saúde pública. No caso específico do trabalho proposto, tem-se como cerne a abordagem da política pública de saneamento básico, mais especificamente aquela desenvolvida no município de São Borja.

2.2.O saneamento básico

Quanto ao conceito de Saneamento Básico destacam-se as lições do Instituto Trata Brasil, em seu Manual do Saneamento Básico¹⁴, abaixo transcritas:

¹⁴ O Instituto Trata Brasil é uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, formado por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos

Saneamento é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e a produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2012, p. 9)

O saneamento básico no Brasil é um direito assegurado ao cidadão através da Constituição Federal de 1988 e definido pela Lei nº 11.445/2007 e que vem a compreender o conjunto dos serviços, infraestrutura e equipamentos operacionais para execução do abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, captação pluvial, drenagem urbana, manejo e coleta dos lixões sanitários.

A importância do saneamento básico e a relevância deste na saúde humana retrocedem às culturas antigas e longínquas no tempo passado. A evolução das civilizações fez com que ocorresse o desenvolvimento do saneamento, pois se estabeleceu uma ligação entre estas duas variáveis: civilizações e saneamento básico. Na linha do tempo, muitas vezes, as civilizações retrocedem, em outros períodos esta evolução – juntamente com o saneamento básico – renascem e se reestruturam.

Grandes conquistas e avanços alcançados em períodos distantes na civilização, quanto ao saneamento básico, foram deixados de lado e esquecidos durante vários séculos, porque as populações desconheciam os efeitos destes avanços. No velho testamento existem diversas passagens vinculadas às práticas sanitárias do povo judeu como, por exemplo, o uso da água para limpeza: “roupas sujas podem levar a doenças como a escabiose. Assim, os poços para abastecimento eram mantidos tampados, limpos e longe de possíveis fontes de poluição” (TRATA BRASIL, 2012, p.7).

Existem outras citações e relatos sobre saneamento básico, esgotamento sanitário e práticas de higiene na civilização greco-romana. Sendo que entre estas práticas sanitárias da antiguidade, citam-se a construção de aquedutos, os banhos públicos e os esgotos romanos, tendo como símbolo histórico a cloaca máxima de Roma¹⁵.

hídricos do país, que atua desde 2007 com o apoio de organizações como Amanco, Instituto Coca-Cola Brasil, Tigre, Unilever, Agência Nacional das Águas, ONU Habitat e WWF.

¹⁵. Cloaca Máxima é o esgotamento sanitário principal de Roma (514 a. C.) uma galeria com 740m de extensão e diâmetro equivalente de até 4,30m, de pedras arrumadas para drenagem do solo

Em tempos atuais, a gestão dos serviços de saneamento básico ainda está dependente da consistente elaboração, planejamento e execução de políticas públicas, ressaltando-se que é de extrema importância a divulgação do conceito de política pública de saneamento básico, o esclarecimento da sua relevância nas áreas da saúde e como todo este contexto impacta na vida da comunidade. Dessa forma, a população terá condições de constatar a importância do desenvolvimento deste tipo de política para uma boa qualidade de vida e terá elementos para fiscalizar e exigir a concretização dos serviços voltados à área.

Destacam-se os ensinamentos de COSTA (2010), ao abordar DOWBOR (1998), sobre a efetivação do ganho social na política pública de saneamento básico, dizendo que

“o mesmo sistema que promove a modernidade técnica gera exclusão social, transformando o mundo numa imensa maioria de espectadores passivos que deveriam estar se maravilhando com as novas tecnologias. A conclusão a que tiramos... É que a humanidade precisa urgentemente de puxar as rédeas sobre o seu desenvolvimento, e dotar-se dos instrumentos institucionais capazes de efetivamente capitalizar os avanços científicos para um desenvolvimento humano”. (COSTA, 2010, apud DOWBOR, 1998, p.413)

A prestação dos serviços de saneamento básico e esgotamento sanitário têm como uma de suas características primordiais, dentro da infraestrutura das instituições, manter as informações em sigilo, ou seja, fora do alcance dos cidadãos. Os prestadores de serviços conhecem com extrema profundidade a qualidade, a eficiência e os documentos e planilhas detalhadas de custos sobre os seus produtos e serviços. Ao passo que a população, em quase a sua totalidade, é desconhecadora e dependente destas informações.

O jornalista Rosenildo Gomes Ferreira (2015), realizou uma pesquisa onde descreve o projeto de despoluição dos rios Tietê e Pinheiros, prestes a completar 20 anos. Na sequência de seu trabalho o comunicador trouxe em reportagem (ver Anexo 10) descreve um cenário encontrado frente aos gastos realizados pelos Governos o que, ao analisar a publicação, nos permite concluir que os investimentos

públicos não estão sendo aplicados corretamente e as políticas públicas não estão tendo efeito positivo na vida das pessoas atingidas.

2.3. O Esgotamento sanitário

O termo esgoto é usado para as águas, que após a utilização pelo ser humano, tem suas características naturais alteradas. Os esgotos – ou águas servidas, genericamente assim chamadas, conforme o seu uso: comercial, industrial ou doméstico – apresentam características diferentes.

Na concepção da ONG Instituto Trata Brasil, em seu Manual do Saneamento Básico, (2012, p. 53), esgotamento sanitário é o “conjunto de obras e instalações destinadas à coleta, transporte, afastamento, tratamento e disposição final das águas residuárias da comunidade, de uma forma adequada do ponto de vista sanitário”.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, (OMS), o esgotamento sanitário, “compreende a coleta dos esgotos gerados pelas populações e sua disposição de forma compatível com a capacidade do meio ambiente em assimilá-los”.

2.3.1 Política pública de saneamento básico

O acesso à universalização ao saneamento básico acontece quando da implementação de uma política pública, esta proporciona ao cidadão exercer o seu direito, a saúde, a sua produtividade e uma qualidade de vida com maior dignidade.

A política pública de saneamento básico é um dos instrumentos utilizados para efetivar tanto o direito a saúde como o direito ao meio ambiente equilibrado. Dessa forma, Costa (2010, p. 2), expõe que o conceito de saneamento básico tem se transformado, desde o século XIX, em função das ampliações do conhecimento científico, das mudanças de paradigmas e mesmo da visão de saúde pública, de bem estar da população e do indivíduo e, recentemente, em função da hegemonia

de determinados grupos, órgãos ou agências envolvidos na formulação e financiamento do setor.

2.3.2 – Saneamento Básico: seus aspectos legais

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS¹⁶ – saneamento básico é o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social.

Segundo Guimarães, Carvalho e Silva (2007), saneamento básico restringe-se em:

- abastecimento de água às populações, com a qualidade compatível com a proteção de sua saúde e em quantidade *suficiente para a garantia de condições básicas de conforto*;
 - coleta, tratamento e disposição ambientalmente adequada e sanitariamente segura de águas residuais (esgotos sanitários, resíduos líquidos industriais e agrícolas);
 - acondicionamento, coleta, transporte e ou destino final dos resíduos sólidos (incluindo os rejeitos provenientes das atividades domésticas, comercial, industrial e pública); e finalizando,
 - coleta de águas pluviais e controle de alagamentos e inundações.
- (GUIMARÃES, CARVALHO E SILVA, 2007, p.2)

A Constituição Federal de 1988 explicita em seu art. 6º que:

são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A norma máxima do Estado brasileiro incluiu a Saúde entre os direitos e garantias fundamentais, classificando-a como direito social em virtude da relevância da questão para a sociedade.

Assim, verifica-se na Carta Magna que:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

¹⁶ A Organização Pan-Americana da Saúde (PAHO) representa a Organização Mundial da Saúde (OMS) na América Latina.

Verifica-se que o próprio Estado brasileiro afirma no artigo referido, que o direito fundamental à saúde será garantido mediante políticas sociais e econômicas, razão pela qual é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas que concretizem esse direito do cidadão. Ademais, a Constituição Federal vigente expressa, no artigo 225, que:

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Conforme, Costa (2010), a realidade do setor de saneamento apresenta:

índices de atendimento do serviço público em saneamento básico no Brasil ainda estão distantes da universalização do acesso pretendido e necessário. Em que pesem os incrementos verificados na oferta dos serviços nas últimas décadas, ainda persiste uma demanda significativa que não é atendida, especialmente nos extratos sociais de mais baixa renda, nas periferias de grandes cidades, nos menores municípios, nas pequenas localidades e na área rural. (COSTA, 2010, p. 9)

Conceitua-se ainda, saneamento básico como sendo o “conjunto de iniciativas que visam criar condições adequadas à vida, protegendo a saúde humana, por meio de intervenções no meio ambiente, no sentido de torná-lo produtor de saúde”. (HELLER, 1998, p. 67).

A Lei nº 11.445/2007, que trata das diretrizes do saneamento básico no Brasil, em seu art. 3º, inciso I, conceitua saneamento básico da seguinte forma:

Conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

- a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de mediação;
- b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbana (BRASIL, 2007).

O processo de municipalização das políticas públicas ocorre graças a Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, que estabeleceu em seu artigo 18 que “a organização político-administrativa do País compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos”. Tal fato permite que os Municípios sejam a unidade de governo mais próxima da população, desenvolvendo políticas públicas para resolver os problemas da comunidade local. Dias (2008, p. 265), quanto a esse ponto, afirma que dentro desta estrutura os Municípios brasileiros gozam de grande autonomia quando comparados com outros países.

Diante dessa autonomia político-administrativa dos municípios, bem como pela publicação da Lei nº 11.445/2007 que trouxe conceitos e diretrizes acerca do saneamento básico, declarou o ex-prefeito Mariovan Weis (2008-2012), em audiência pública, para a assinatura do Contrato de Programa para Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, ser este “um dia histórico para São Borja”, eis que o documento envolve a principal reivindicação da população:

Quando caminhamos pelos bairros e vilas, os moradores nos perguntam o que vamos fazer para acabar com o esgoto a céu aberto. Este é um problema de décadas em nossa cidade que outras autoridades já tentaram buscar uma solução, mas não possuíam amparo legal para realizar. Hoje nós temos esta oportunidade¹⁷.

A partir disso, o presente trabalho busca identificar como ocorreu o processo de formação da política de saneamento básico no Município de São Borja, quais as políticas públicas de saneamento básico foram ou estão sendo desenvolvidas no Município, quais os obstáculos enfrentados na efetivação da política e quais os resultados efetivos de solução do problema público.

3. O Saneamento Básico no Brasil

Os municípios brasileiros buscam através de políticas públicas à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, objetivando alcançar

¹⁷ http://www.saoborja.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=424%3Aaudiencia-publica-debate-o-saneamento-basico-municipal&catid=65&Itemid=1315

o aumento da qualidade da saúde pública da população com o consequente desenvolvimento saudável do ambiente de trabalho e da qualidade de vida.

3.1. Histórico, Bases e Concepções do Saneamento Básico no Brasil:

O Saneamento Básico no país iniciou concomitantemente com a formação das primeiras cidades, tendo como destaque o Rio de Janeiro, que com a chegada da Corte Portuguesa e a abertura dos portos, em 1808 e 1810, respectivamente, contou com uma explosão populacional, chegando a dobrar num período de vinte anos, sendo que as questões de saúde pública não acompanharam tal crescimento. Ainda no século XIX e começo do XX, buscou-se uma organização de políticas de saneamento básico, encontrando em empresas estrangeiras uma solução para melhorias nessa área através de concessões. Entretanto, de acordo com a insatisfação da população em relação às empresas responsáveis, o Estado passou a assumir a responsabilidade e criar alternativas para solucionar as questões sanitárias como o tratamento e o encanamento de esgoto, bem como à vinculação de recursos para tal fim.

Além disso, quanto à competência, conforme Souza (2005) constata-se que:

a federação tem sido marcada por políticas públicas federais que se impõem às instâncias subnacionais. (...) poucas competências constitucionais exclusivas são alocadas aos Estados e Municípios. (...) Por outro lado, os Estados e Municípios possuem autonomia administrativa considerável e responsabilidades pela implantação de políticas aprovadas na esfera Federal. (SOUZA, 2005)

A Constituição de 1988 detalha as competências nos três níveis de governo, o que deixou pouco espaço para a competência residual dos Estados e Municípios, refletindo diretamente nas políticas públicas de saneamento básico e esgoto sanitário, em especial nos municípios que ficaram com o encargo da aplicação e acompanhamento.

Observa-se no histórico recente do Saneamento Básico no Brasil, que houve uma consolidação do Plano Nacional de Saneamento Básico – Planasa¹⁸ –, entre as

¹⁸ Planasa – Plano Nacional de Abastecimento do Brasil, instituído pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) no ano de 1968, de uma maneira informal, com efetividade em 1971. Até o ano de 1985, o

décadas de 1970 e 1980, visando uma redução nas taxas de mortalidade infantil, as quais atingiram, nessa época, níveis alarmantes. Porém, o Planasa não cumpriu a expectativa relativa ao déficit de coleta e tratamento de esgoto, cenário este, que se observa até os dias atuais. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, no ano de 2011, aproximadamente 71,8% dos municípios não possuíam política de saneamento básico municipal, e ainda, 48,7% não contavam com fiscalização nesta área.

3.2. Estrutura Legal

Ao abordar a temática do saneamento básico e suas áreas, tem-se como fundamento legal inicial a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, estabelecendo que os serviços prestados neste âmbito são de responsabilidade não somente da União, mas também de Estados, Distrito Federal e Municípios, através de Leis Autorizativas¹⁹ e Decretos Municipais.

Neste sentido, cabe destaque a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, atualizando e/ou revogando regulamentações anteriores (alterando as Leis n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979; 8.036, de 11 de maio de 1990; 8.666, de 21 de junho de 1993; 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e revoga a Lei n.º 6.528, de 11 de maio de 1978; além de dá outras providências), em especial nos artigos 1º, 3º e 4º que versam sobre as diretrizes nacionais para o saneamento básico, o processo que envolve o esgotamento sanitário, bem como abordando inicialmente a questão da utilização de recursos hídricos, a qual está regulamentada pela Lei das Águas, normativa federal, sob o número 9.433, de 08 de janeiro de 1997.

Em nível estadual, no ano de 2003, o Estado do Rio Grande do Sul, através de seu Governador Germano Rigotto, sanciona e promulga a Lei nº 12.037, de 19 de dezembro, que dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e dá outras

PLANASA, apresentou resultados satisfatórios, com a inflação elevada e a destruição do Sistema Financeiro de Saneamento, ocorre a extinção do PLANASA.

¹⁹ Por “lei autorizativa” entende-se aquela que “limita-se a autorizar o Poder Executivo a executar atos que já lhe estão autorizados pela Constituição, pois estão dentro da competência constitucional desse Poder” (BARROS, 2015).

providências, em cumprimento ao disposto no art. 82, inciso IV, da Constituição do Estado.

No âmbito municipal, o Decreto nº 12.440, de 25 de fevereiro de 2010, normatiza o Plano de Saneamento Básico, ainda buscando a execução do Plano, instituiu-se a Lei nº 4.629²⁰, de 12 de novembro de 2012, autorizando a realização de convênio de cooperação e celebração de Contrato de Programa com a CORSAN.

3.3. Competências dos Entes:

É de competência comum, por determinação da Constituição Federal, que União, Estados e Municípios promovam a melhoria das condições de saneamento básico, conforme estabelecido no art. 23: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” (Art. 23).

3.3.1. União

Cabe a União instituir as políticas de caráter nacional e também de garantir à administração da maior parcela de recursos para o saneamento básico da federação. O governo federal realiza estes aportes financeiros através de recursos do Orçamento Geral da União e de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Para tanto, existe a necessidade da atuação de diversos pares para o ordenamento, fiscalização e realização de procedimentos voltados ao saneamento. Por isso, segundo o Manual de Saneamento Básico, do Instituto Trata Brasil (2012), atualmente há seis (06) Ministérios, juntamente com agentes financeiros, que atuam em sincronia na divisão de responsabilidades, sendo eles:

²⁰ Lei nº 4629 de 12 de novembro de 2012: Autoriza o Poder Executivo a realização de Convênios de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul e com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul, e a celebração de Contrato de Programa com a CORSAN e dá outras providências. Disponível em: <http://camarasaoborja.rs.gov.br/ver_lei.php?lei=4629>

1. Ministério das Cidades: o qual apoia os municípios com mais de 50 mil habitantes e também os municípios que integram as regiões metropolitanas e as regiões em desenvolvimento;
2. Ministério da Saúde: ao qual cabe definir os padrões de qualidade da água potável, isto é, para o consumo humano. Esse Ministério, através da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) é responsável pelos municípios com uma população de até 50 mil habitantes, compostas por áreas indígenas, assentamentos, quilombolas e de outras populações tradicionais;
3. Ministério do Meio Ambiente: o qual realiza a coordenação do Programa Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos e, em conjunto com a Agência Nacional de Águas (ANA), atua diretamente na gestão do uso das águas;
4. Ministério da Integração Nacional: o qual tem como zona principal de atuação a região do semiárido e as bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. Seus programas visam aumentar a oferta, da água potável em especial, para o uso e consumo humano;
5. Ministério do Desenvolvimento Social: o qual coordena e executa o projeto/programa para instalar no semiárido um milhão de cisternas²¹;
6. Ministério do Trabalho: o qual realiza a coordenação dos programas que envolvem as cooperativas de catadores de lixo reciclável;

Por fim, compete à Caixa Econômica Federal e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principais agentes financeiros, repassar os recursos, acompanhar e fiscalizar as ações dos contratados.

3.3.2. Estados

Em relação aos estados, é mínima a competência atribuída pela Constituição Federal vigente, ficando restrita a prestação dos serviços de abastecimento de água, da coleta dos esgotos e tratamento destes. As pessoas de direito público interno –

²¹ do latim *cisterna*: um reservatório para guardar águas pluviais

denominadas autarquias – estão exercendo a execução destes serviços. No Estado do Rio Grande do Sul, a autarquia responsável pelas atribuições referidas é a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). Todavia existem as exceções, como por exemplo, os Departamentos Municipais – caso do município de Porto Alegre, com o Departamento Municipal de Águas e Esgotos, (DMAE) – e a empresa privada Foz do Brasil – Odebrecht Ambiental, que presta serviços ao município de Uruguaiana, localizada também na Fronteira Oeste do Estado.

3.3.3. Municípios

Por força da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, os governos municipais ficaram com maior responsabilidade estando entre suas atribuições a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, que devem contemplar, obrigatoriamente, o envolvimento de toda a comunidade na discussão para a elaboração do mesmo.

O plano municipal é prioritário para regulamentar e implementar as disposições legislativas acerca do tema, dependendo disso a liberação de verbas para a execução dos serviços de abastecimento de água, bem como a coleta e o tratamento dos esgotos sanitários. Ainda, tal plano deve ser utilizado como base na elaboração de projetos, juntamente com diagnósticos que venham auxiliar na obtenção de recursos financeiros junto ao Governo Federal e aos agentes financeiros, como a Caixa Econômica Federal e o BNDES.

O referido plano está devidamente regulamentado no município de São Borja, através do Decreto Municipal nº 12.440 de 25 de fevereiro de 2010, em conformidade com a Lei Federal 11.445/2007. Em 12 de novembro de 2012, entrou em vigor a Lei Municipal nº 4.629, autorizando a assinatura de convênios de cooperação entre o Estado do Rio Grande do Sul, Município de São Borja e a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul, bem como a celebração de Contrato de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário.

4. Metodologia da Pesquisa

Este trabalho é pautado na metodologia quantitativa sendo desenvolvido através do método estatístico e documental. Onde no primeiro buscou-se apurar matematicamente os dados da pesquisa, enquanto, no segundo coletar dados junto à Prefeitura Municipal de São Borja, através da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Projetos – SMPOP e à concessionária responsável pelo saneamento no município, a CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento.

Gil (2008, p. 51) define a pesquisa documental como:

é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

Como ferramentas do método, utilizaram-se: entrevistas com representantes do poder público, bem como da concessionária supracitada; aplicação de um questionário sobre implantação da rede de captação de esgoto no Bairro do Passo; registros fotográficos; e um *Software* para tabulação de dados.

Na concepção dos autores Cervo e Bervian (2002, p.23):

Método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou resultado desejado. A técnica, por sua vez, é a aplicação do plano metodológico e a forma especial para a sua execução. Comparando, pode-se dizer que a relação existente entre método e técnica é a mesma que existe entre estratégia e tática.

Segundo Seabra (2001, p.57): “o procedimento metodológico é o conjunto de técnicas que possibilitam compreender a realidade. É o caminho do pensamento e a prática exercida no processo de apreensão da realidade”.

Baseando o conhecimento em leituras como Gil (2008, p. 55; p.175) e Lakatos e Marconi (1996), chega-se ao conceito de metodologia qualitativa e quantitativa, utilizada na execução desta pesquisa. Diante disso, pode-se dizer que o método quantitativo possui como característica o processo de quantificação, tanto na coleta de informações, através de técnicas com fundamentos estatísticos e

tratamentos matemáticos. Enquanto o qualitativo não usa como base de análise nenhum método estatístico e sim as pesquisas voltadas a bibliografias e documentos, por exemplo.

O questionário utilizado neste trabalho de conclusão de curso foi o fio condutor desta pesquisa. Buscou-se, com essa ferramenta atingir grande número de pessoas, mesmo que dispersas em uma área geográfica, bem como garantir o anonimato nas respostas e não expor os pesquisadores á influência das opiniões e do aspecto pessoal. Para Gil (2008, p. 121),

Questionário é a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

A modalidade de pesquisa utilizada foi a pesquisa de campo, que de acordo com Lakatos e Marconi (1996), relatam que “é a pesquisa que observa e coleta dados diretamente no próprio local do fato em estudo, caracterizando-se pelo contatado direto com o mesmo, sem interferência do pesquisador, pois os dados são observados e coletados tal como ocorre espontaneamente”.

Pensando desta forma, a pesquisa de campo, serviu como base para responder a questionamentos que surgiram ao pesquisador durante a fase de pesquisa bibliográfica e documental. Algumas respostas obtidas vieram confirmar algumas hipóteses, como a do desconhecimento do conceito de política pública, por exemplo, bem como reforçar outras hipóteses, como a observação da não participação dos moradores do Bairro do Passo na Audiência Pública sobre a Implantação das Redes de Coleta de Esgoto na região. Estes dados poderão ser observados nas análises feitas no capítulo seguinte.

4. 1. Pesquisa de Campo.

Este capítulo abordará dados que irão elucidar e expor a situação atual em que se encontra o perímetro urbano do município de São Borja/RS, em relação ao

esgotamento sanitário, especificamente às redes coletoras de esgotos, no Bairro do Passo.

O município de São Borja celebrou junto à Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, um contrato de programa para prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, para a execução das obras de implantação das redes de coleta de esgoto na cidade. As principais diretrizes deste contrato podem ser conhecidas no quadro que segue:

Quadro 1: Dados do Contrato de Prestação de Serviços

Partes	Contratante: Prefeitura Municipal de São Borja Contratada: Companhia Riograndense de Saneamento
Compromisso	Universalizar o atendimento de esgotamento sanitário, na área urbana do Município de São Borja
Abrangência	Prestação de serviços relativos à: - exploração; - execução de obras; - ampliações - melhorias Dos serviços de abastecimento de água e coleta, transporte, tratamento e destino final de esgotos sanitários na área urbana
Legislação aplicável	- Lei Federal nº 8.666/1993; - Lei Federal nº 8.987/1995; - Lei Federal nº 11.107/2005; - Lei Federal nº 11.445/2007; - Decreto federal nº 6.017/2007; - Lei Estadual nº 12.037/2003; - Decreto Municipal nº 12.440/2010.
Data da Assinatura	19 de novembro de 2012
Vigência	30 anos ²²

Fonte: Contrato de Programa para Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Porto Alegre, 2012).

Dentre as pesquisas de campo, foram realizadas duas entrevistas: com o gerente da Unidade de Saneamento da Corsan (Agência São Borja), José Valdir Machado dos Santos, e com Léo Augusto Schulz Tatsch, quando à época da

²² O contrato entre a Prefeitura de São Borja e a Corsan estipula que os 12 primeiros anos são para execução de obras de implantação das redes de captação de esgoto e do processo de tratamento dos resíduos, abrangendo toda área urbana do município.

assinatura do contrato atuava como Secretário de Planejamento, Orçamento e Projetos.

5. Apresentação da Pesquisa e Análise dos Resultados

Este capítulo apresenta a pesquisa realizada, pautado pela técnica do questionário, assim fornecendo embasamento para a análise e a interpretação dos dados e informações obtidas, fundamentando o presente trabalho. Como aporte visual foi escolhido a utilização de gráficos, em formato “pizza”, em escala de cores, para facilitar a interpretação dos resultados verificados nas tabelas. Entende-se que desta forma o leitor terá um entendimento mais rápido das conclusões da presente pesquisa.

A pesquisa e seu questionário foram organizados de forma a dividir a população atingida através da observação de três filtros principais: idade, sexo e escolaridade. Dessa forma, facilitando o conhecimento da realidade da comunidade e o entendimento das suas expectativas quando o assunto tratado está voltado para as políticas públicas e, no caso especial, as de saneamento básico voltadas ao esgotamento sanitário.

Buscando a idade dos entrevistados, encontra-se a faixa etária compreendida entre os 45 e 49 anos, com um percentual de 31,8% da população analisada, significando um total de 21 moradores. Cruzando informações, há que se observar que a faixa etária acima dos 45 anos atinge mais da metade da amostra, chegando a 54,4% dos pesquisados.

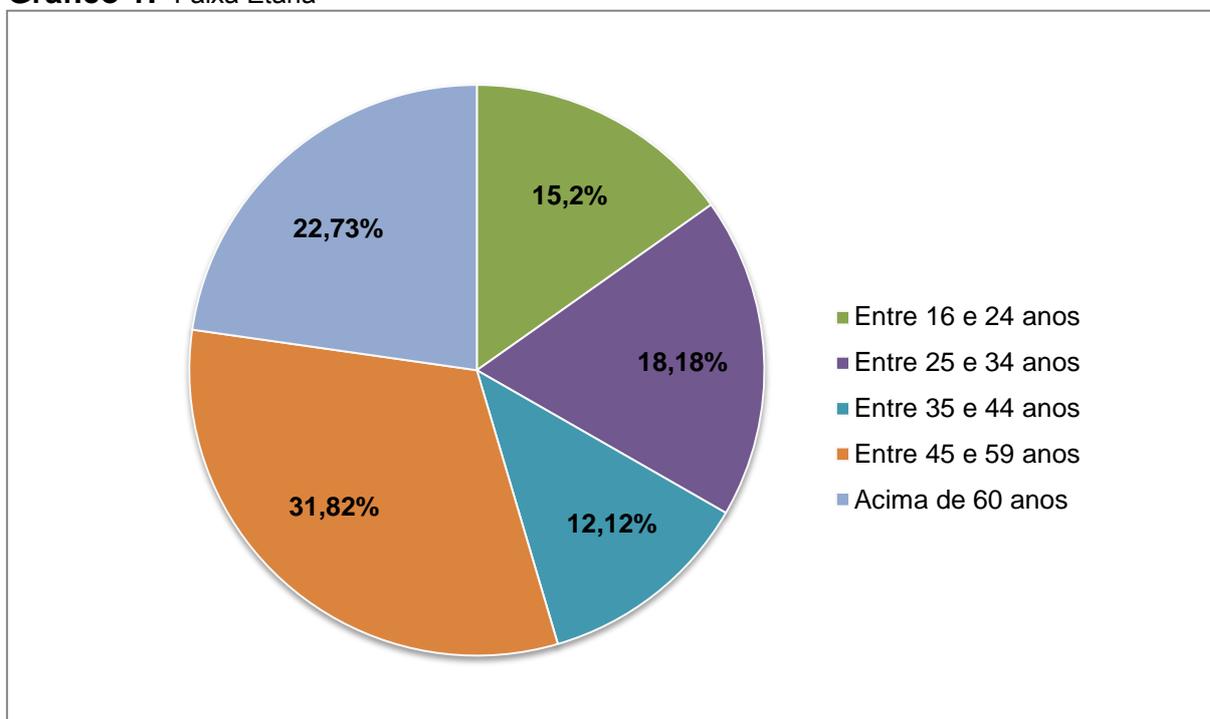
Tabela 1 – Faixa Etária – Bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
16 a 24 anos	10	15,2	15,2	15,2
25 a 34 anos	12	18,2	18,2	33,3
35 a 44 anos	8	12,1	12,1	45,5
45 a 59 anos	21	31,8	31,8	77,3
60 ou mais	15	22,7	22,7	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS

Observando o Gráfico 1, a menor faixa etária entrevistada está composta pela população entre 35 e 44 anos, totalizando um percentual 12,1%.

Gráfico 1: “Faixa Etária”



Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

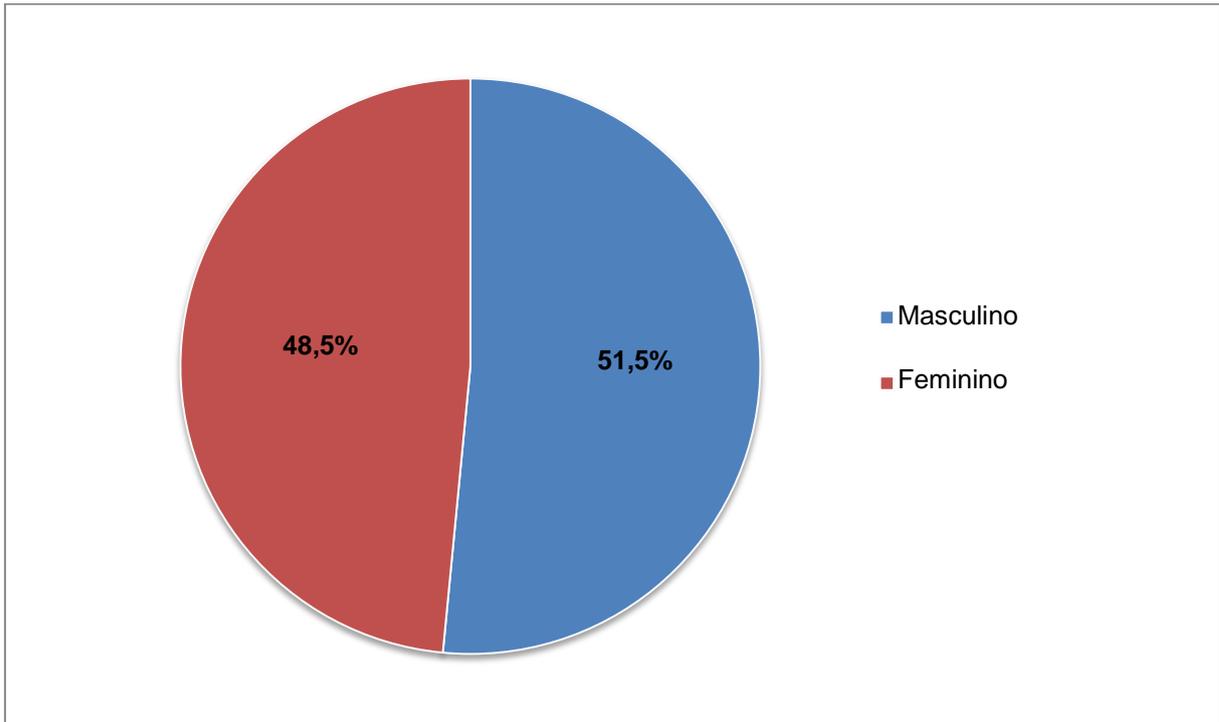
A tabela e o gráfico a seguir abordam a questão do perfil do público, quanto a sua declaração de gênero:

Tabela 2 – Gênero – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Masculino	34	51,5	51,5	51,5
Variável Feminino	32	48,5	48,5	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS

Neste sentido, cabe alertar que apenas as variáveis “masculino” e “feminino” foram utilizadas por critério de escolha do pesquisador, percebendo-se um equilíbrio entre os gêneros pesquisados.

Gráfico 2: “Gênero”

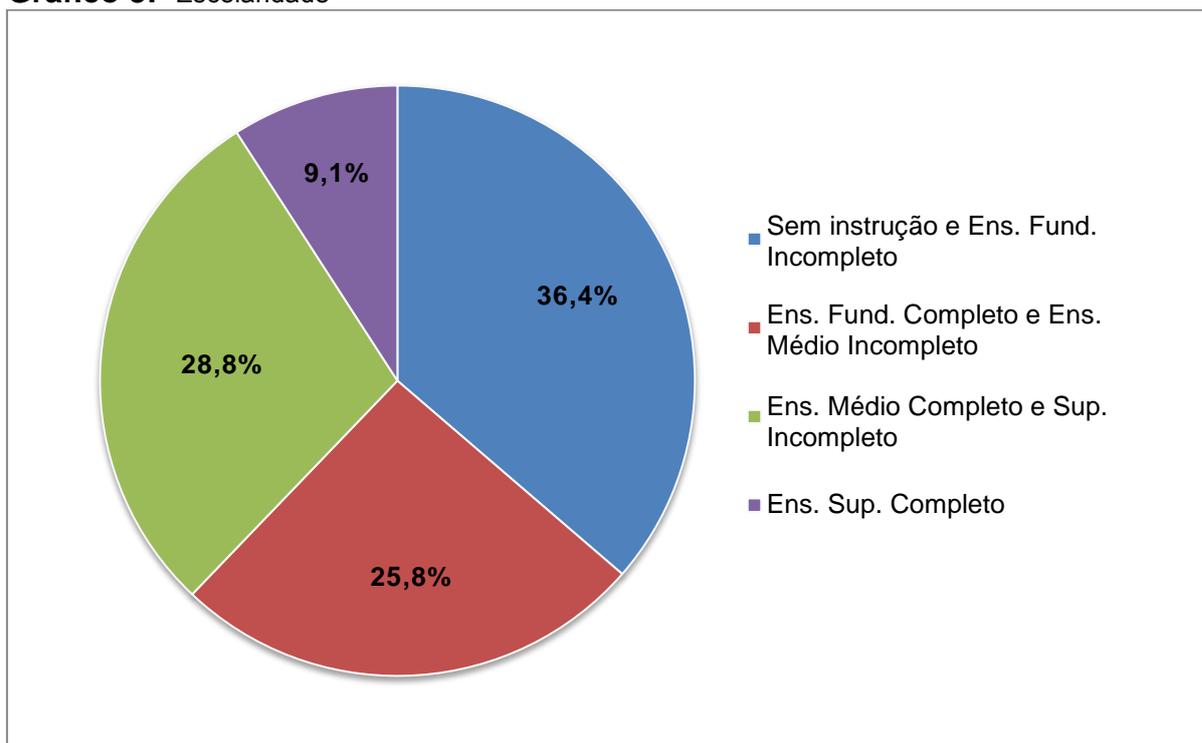
Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

A terceira parte de categorização da pesquisa foi voltada à “escolaridade” dos pesquisados: mais de 35% da população não possui escolaridade ou tem apenas o ensino fundamental incompleto.

Tabela 3 – Escolaridade – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Sem Instrução e Ensino Fund. Incompleto	24	36,4	36,4	36,4
Ensino Fund. Completo e Ens. Médio Incompleto	17	25,8	25,8	62,1
Ens. Médio Completo e Superior Incompleto	19	28,8	28,8	90,9
Ens. Superior Completo	6	9,1	9,1	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Gráfico 3: “Escolaridade”

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Do outro lado da variável “escolaridade”, está o percentual da amostra que declarou ter ensino superior completo: menos de dez moradores da área se encontram nesta faixa, isto observado em uma das áreas residenciais mais populosas da zona urbana da cidade e que desde meados dos anos 2000 conta com as instalações do Campus da Universidade Federal do Pampa.

A partir deste momento, a pesquisa voltou-se ao entendimento do tema proposto, abordando os pesquisados com questionamentos sobre políticas públicas, saneamento básico e mudanças na rotina da comunidade, entre outros assuntos, conforme pode ser observado no modelo de questionário que está em anexo a este trabalho.

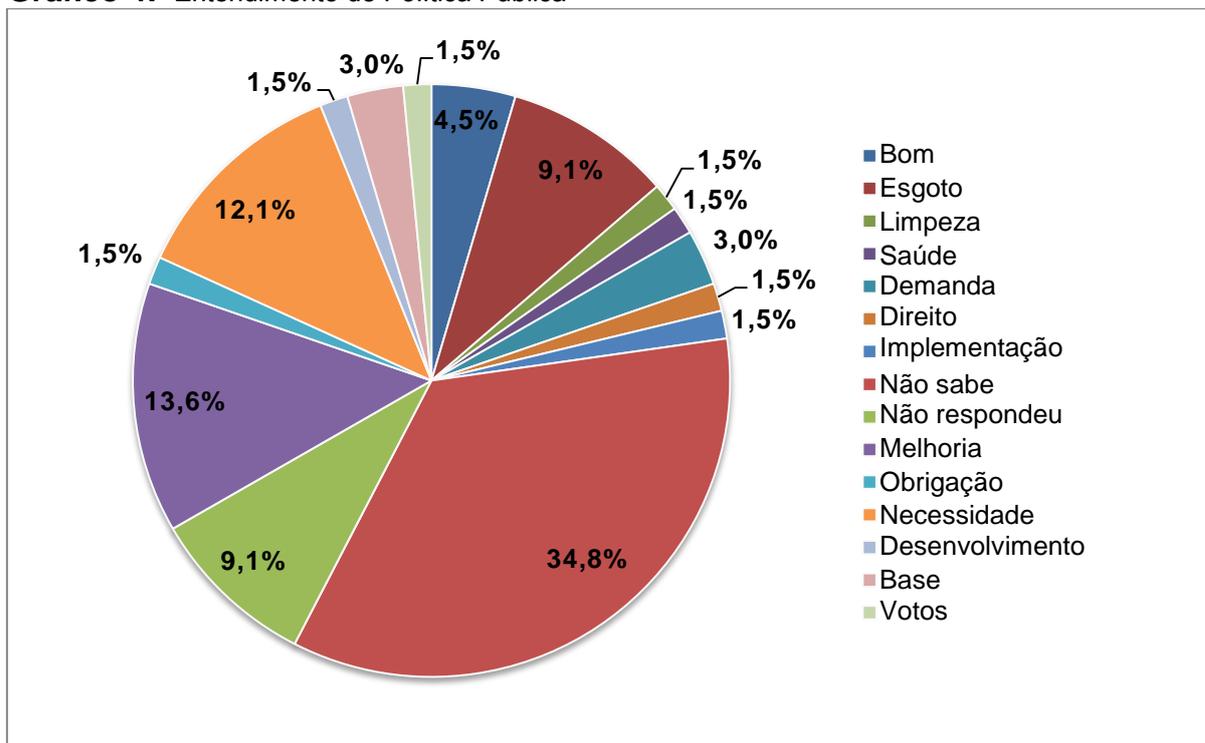
Tabela 4 – “Pra você, o que é uma Política Pública de Saneamento Básico?” – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Algo bom	3	4,5	4,5	4,5
Esgoto	6	9,1	9,1	13,6
Limpeza	1	1,5	1,5	15,2
Saúde	1	1,5	1,5	16,7
Demanda	2	3,0	3,0	19,7
Direito	1	1,5	1,5	21,2
Está em Implementação	1	1,5	1,5	22,7
Variável Não sabe	23	34,8	34,8	57,6
Não respondeu	6	9,1	9,1	66,7
Uma melhoria	9	13,6	13,6	80,3
Uma obrigação	1	1,5	1,5	81,8
Uma necessidade	8	12,1	12,1	93,9
Desenvolvimento	1	1,5	1,5	95,5
Base	2	3,0	3,0	98,5
Votos	1	1,5	1,5	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Diante do exposto na tabela 4 – Escolaridade – foi percebido através dos resultados obtidos que 23 pessoas, ou seja, 34,8% do público não sabe o que é “política pública”. Outros 1,6% entendem ser uma “melhoria” e 12,1% entendem ser, a política pública, uma “necessidade”. Sendo assim, atinge-se um somatório de 60,5% da amostra, ou seja, 40 residentes do bairro do Passo encontram-se nestas faixas de entendimento.

Chamam a atenção ainda os números relacionados a variável “não respondeu” e daqueles que entendem política pública por “esgoto”, ambos totalizando um percentual de 9,1% cada. Estes dados podem ser observados através do Gráfico 4, que segue.

Gráfico 4: “Entendimento de Política Pública”

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Como forma de esclarecer ainda mais o tema, duas entrevistas com representantes das principais organizações envolvidas no processo de implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico de São Borja foram realizadas e podem ser conhecidas através dos Anexos 1 e 2 deste trabalho. Conforme Léo Augusto Schultz Tatsch²³, política pública é “uma política de Estado e não de Governo”, complementado pelas palavras de José Valdir dos Santos²⁴ que entende por política pública “todo projeto feito e aprovado por um Município ou um Estado e executado por empresas lícitas pelo próprio Governo do Estado”.

²³ O Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de São Borja, Léo Augusto Schultz Tatsch, está envolvido desde o início do processo de instalação do Plano Municipal de Saneamento Básico – época em que ocupava o cargo de Secretário, na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Projetos - SPOP – e complementa ainda que “a política pública transpõe governos, construída através da população que as define a partir das suas demandas. Com estas demandas esclarecidas, passa a ser um plano e este plano tem execução durante um período maior que a duração de um governo – que é de quatro anos”. Entrevista cedida ao autor.

²⁴ José Valdir dos Santos, Gerente da Corsan em São Borja, em entrevista cedida especialmente ao autor.

Cabe ressaltar que, para o pesquisador, é público o que é contrário ao privado, ou seja, uma área comum a todos, onde se insere o controle governamental para a execução dos projetos que estão voltados para a solução e “enfrentamento de um problema público”. (SECCHI 2013, p. 02)

Neste âmbito, o trabalho proposto volta sua temática ao esgotamento sanitário e à implantação das redes de coleta de esgoto, na área de abrangência do bairro do Passo, onde desde 02 de junho de 2014, a Corsan executa obras de melhoria e instalação para captação do resíduo sanitário.

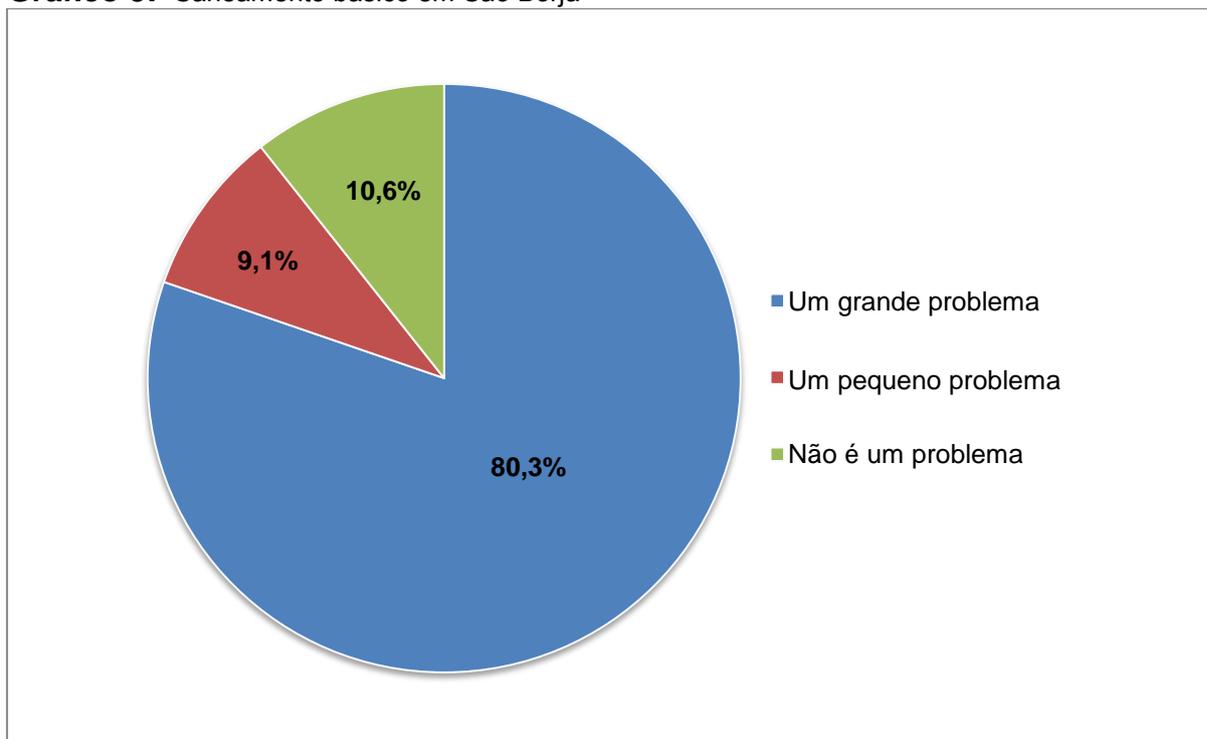
Tabela 5 – “Pensando na realidade aqui de São Borja, como você diria que está o Saneamento Básico/Redes de Esgotos?” – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Um grande problema para a cidade	53	80,3	80,3	80,3
Um pequeno problema para a cidade	6	9,1	9,1	89,4
Não é um problema em São Borja	7	10,6	10,6	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

A pesquisa demonstrou que, para mais de 80% dos entrevistados no bairro do Passo, “saneamento básico em São Borja” vem a ser um “grande problema para a cidade”, na medida em que para 9,1% dos pesquisados, o saneamento básico “não é um problema”. Neste caso é possível concluir que a população está envolvida e preocupada com as questões das políticas públicas, em especial com a área do saneamento básico, como nos traz Guimarães (2007. p. 2) ao dizer que por saneamento entende-se desde o abastecimento de água, passando pela coleta, tratamento e destinação dos resíduos até o controle de alagamentos e inundações.

O gráfico 5 apresenta a representação dos resultados obtidos acerca da opinião dos pesquisados no que se refere a saneamento básico na cidade.

Gráfico 5: “Saneamento básico em São Borja”

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

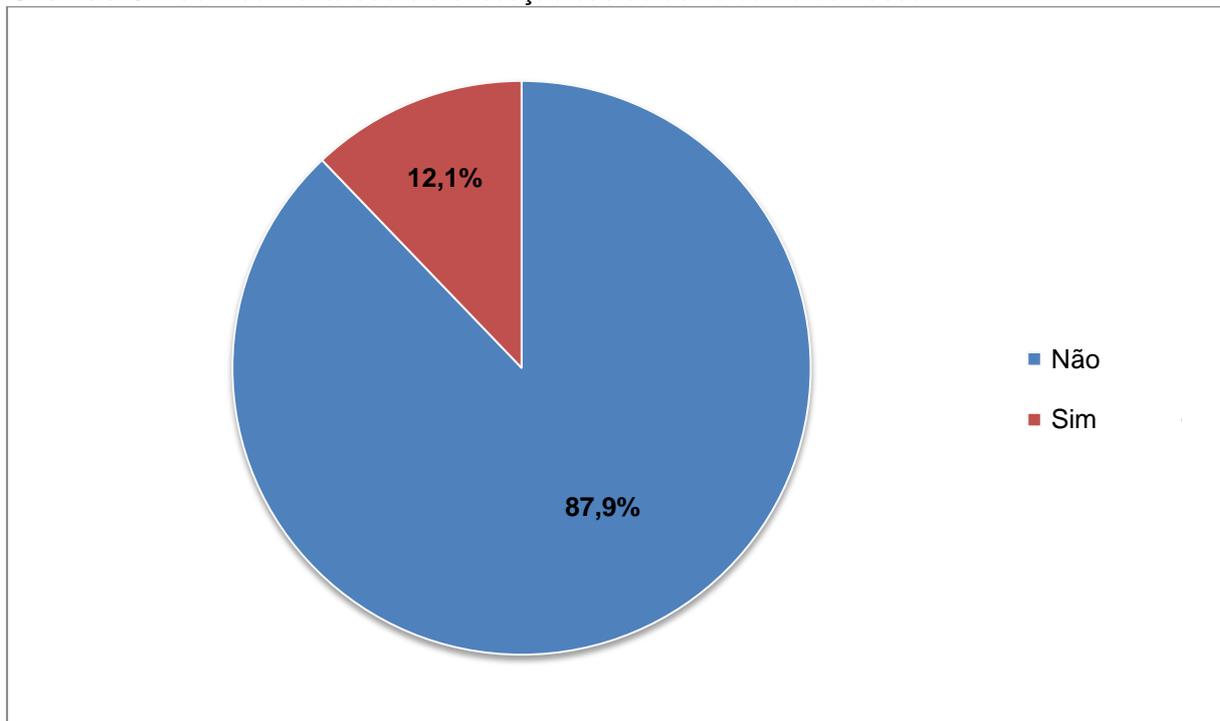
Os entrevistados também foram questionados sobre a obtenção/repasse de informações sobre as obras realizadas no bairro em que residem. Conforme os dados obtidos através das consultas aos membros da comunidade, a imensa maioria declarou não ter conhecimento sobre a realização das obras no bairro do Passo, atingindo um percentual de 87,9%, dos pesquisados.

Tabela 6 – “Você sabia que aconteceram, recentemente, aqui no bairro do Passo, obras para a implantação da rede de esgoto?” – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Variável Não	58	87,9	87,9	87,9
Sim	8	12,1	12,1	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Como resultado destas declarações, temos o Gráfico 6, que segue:

Gráfico 6: “Conhecimento sobre a execução das obras no bairro do Passo”

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

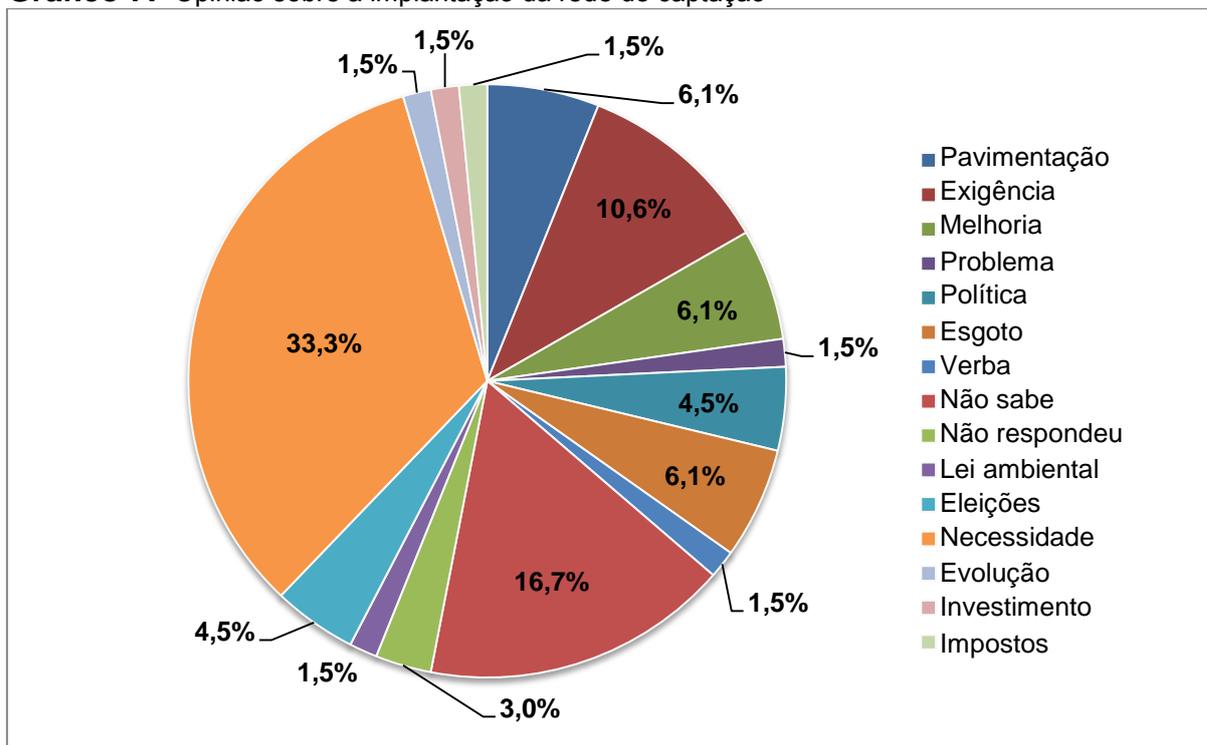
Na sequência da pesquisa, os moradores foram questionados sobre a opinião pessoal quanto aos motivos da implantação da rede de esgoto no bairro do Passo, respondendo de forma “aberta” à pergunta, o que traduz o índice de variáveis apresentadas na Tabela 7 e no Gráfico que seguem.

Tabela 7 – “Na sua opinião por que ocorreu a implantação da rede de esgoto no bairro do Passo?”
– Bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Variável Percentual	Percentual Acumulado
Pavimentação	4	6,1	6,1	6,1
Exigência	7	10,6	10,6	16,7
Melhoria	4	6,1	6,1	22,7
Problema	1	1,5	1,5	24,2
Política	3	4,5	4,5	28,8
Esgoto	4	6,1	6,1	34,8
Verba	1	1,5	1,5	36,4
Não sabe	11	16,7	16,7	53,0
Não respondeu	2	3,0	3,0	56,1
Lei ambiental	1	1,5	1,5	57,6
Eleições	3	4,5	4,5	62,1
Necessidade	22	33,3	33,3	95,5
Evolução	1	1,5	1,5	97,0
Investimento	1	1,5	1,5	98,5
Impostos	1	1,5	1,5	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Entre as respostas obtidas, 33,3% da população entende a execução da política pública de saneamento básico na região como uma “necessidade”. Outros 16,7% da amostra declararam “não saber” o motivo, o que reforça os dados trazidos pela “Tabela 6” e pelo “Gráfico 6”, sobre o desconhecimento das obras.

Gráfico 7: “Opinião sobre a implantação da rede de captação”

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Outros dois temas que chamam a atenção nas respostas estão a variável “política” e “eleições”, concluindo-se que para 9% da população a implantação do saneamento básico está ligada a votos e partidos.

Somando-se a estas duas variáveis, as respostas “impostos”, com 1,5% das opiniões, e “verbas”, com outros 1,5%, chegamos a um percentual total nestas quatro variáveis de 12% dos entrevistados que entendem que a política pública em andamento abrange a questão governamental.

Conforme os dados obtidos na pesquisa, 75,8% dos moradores entrevistados não foram consultados. No entanto, na opinião do Poder Público Municipal “a população participou de abaixo-assinados e outras solicitações que fizeram com que houvesse investimentos nessa área e o município fechou um contrato por decisão da população”. Ainda, conforme informa a Prefeitura Municipal, ocorreu uma Audiência Pública, na Câmara de Vereadores, para discussão do Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo desta forma, atendido o critério de consulta popular para a implantação do processo.

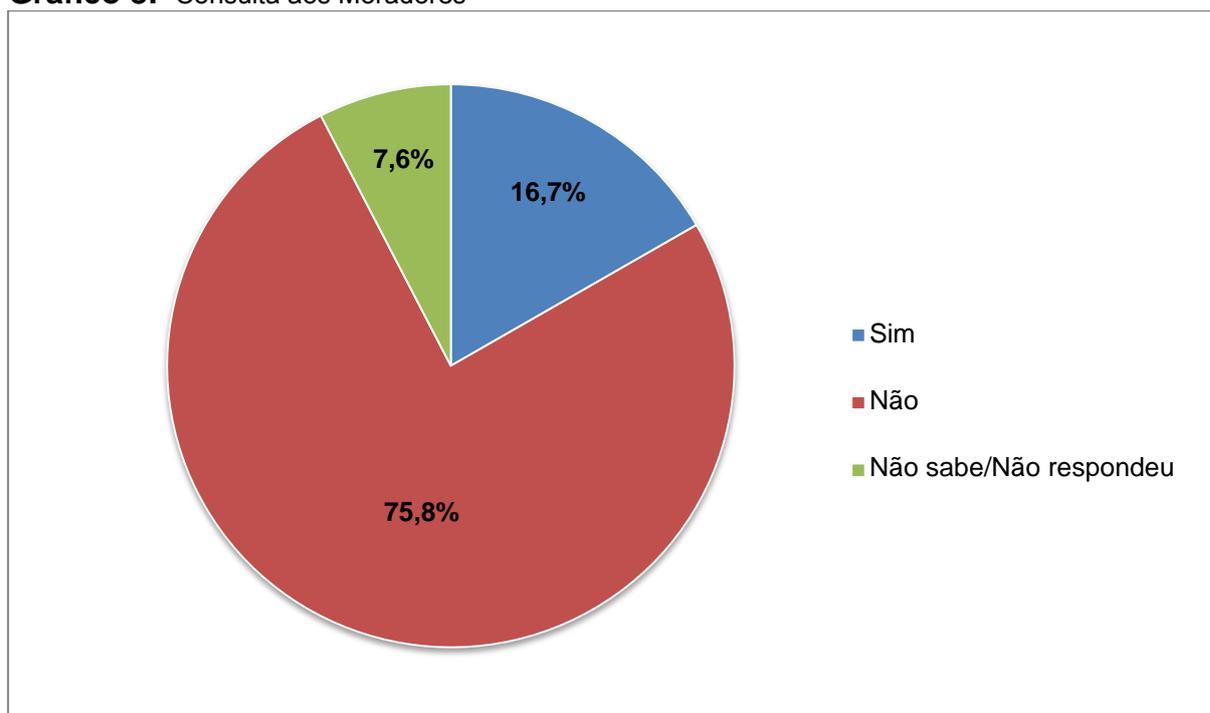
Tabela 8 – “Os moradores do bairro do Passo foram consultados sobre a implantação da rede de captação de esgoto?” – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Sim	11	16,7	16,7	16,7
Não	50	75,8	75,8	92,4
Não sabe/Não Respondeu	5	7,6	7,6	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Cabe observar através dos dados que a população residente na região de execução das obras desconhece suas finalidades, declarando não saber o motivo destas, como verificado no gráfico 8 – “Consulta aos Moradores” –, apresentado a seguir:

Gráfico 8: “Consulta aos Moradores”



Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Conforme divulga o Poder Público Municipal, a população participou de audiência pública que tratou da implantação das redes de captação de esgoto na cidade, bem como da assinatura do Contrato entre a Prefeitura Municipal e a Corsan:

o público e as autoridades presentes tiveram a oportunidade para esclarecer suas dúvidas. Inicialmente, as perguntas foram anotadas e repassadas para as autoridades competentes responderem. Logo após, através de um microfone instalado no plenário, foi possível fazer manifestações oralmente. E até o próximo dia 22, a população poderá fazer suas sugestões através do site da Prefeitura. (Site da Prefeitura Municipal)²⁵

É alarmante o percentual apurado neste quesito, com 92,4% dos entrevistados respondendo que não participaram de nenhuma audiência pública. A resposta à participação em audiência representa apenas uma pessoa entrevistada (1,5% das pesquisas).

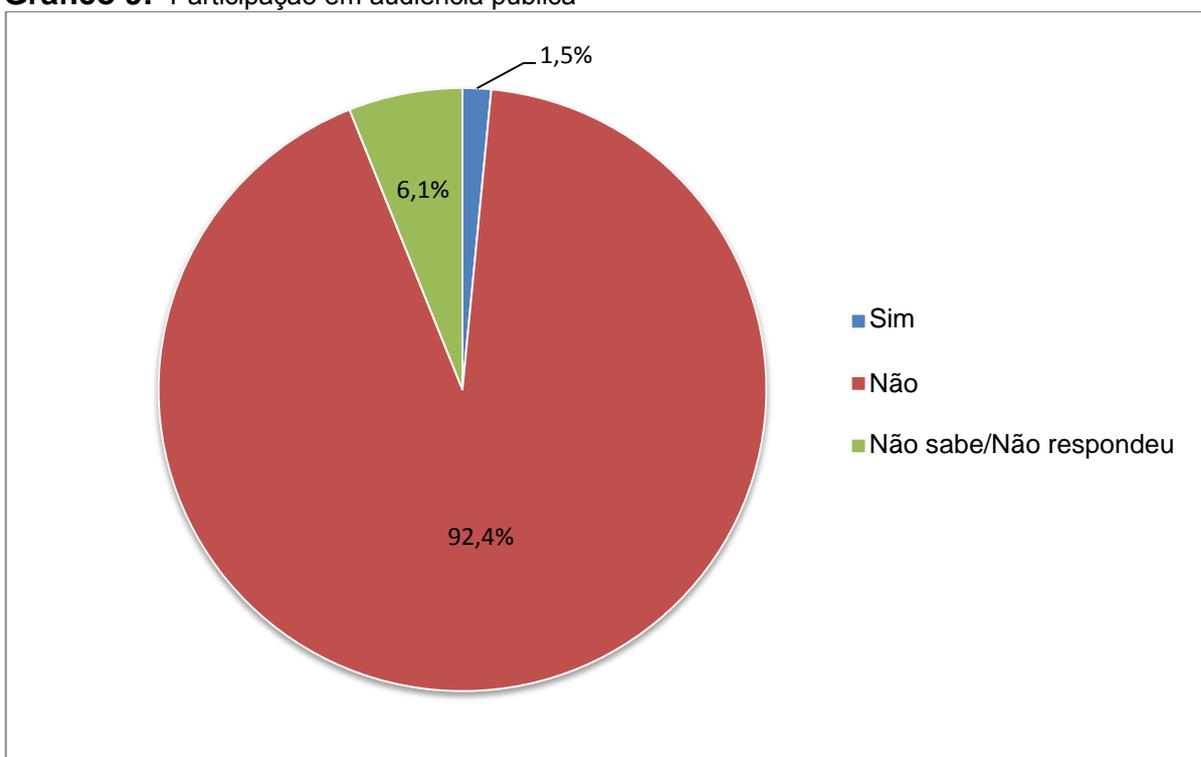
Tabela 9 – “Você participou de alguma audiência pública?” – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Sim	1	1,5	1,5	1,5
Não	61	92,4	92,4	93,9
Não sabe/Não respondeu	4	6,1	6,1	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Ainda com relação ao resultado da pesquisa de campo, quando se questiona a participação dos moradores em audiência pública, Léo Augusto Schultz Tatsch (2015) diz que: “antes da licitação se elaborou um plano, com a participação das principais entidades civis e dos cidadãos, através da realização de uma audiência pública”.

²⁵ “Audiência pública debate o saneamento básico municipal”: Disponível em: http://www.saoborja.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=424%3Aaudiencia-publica-debate-o-saneamento-basico-municipal&catid=65&Itemid=1315

Gráfico 9: “Participação em audiência pública”

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

A cidade de São Borja tem, entre as entidades representativas, diversas Associações de bairro – ou Moradores – ativas, as quais se envolvem com as questões locais, buscando melhorias em diversas áreas para o benefício da municipalidade e dos munícipes da região abrangida pela Associação. Uma destas organizações é a Associação de Moradores do bairro do Passo que, de acordo com os entrevistados não teve participação no processo de implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, atingindo um percentual de 51,5% das respostas.

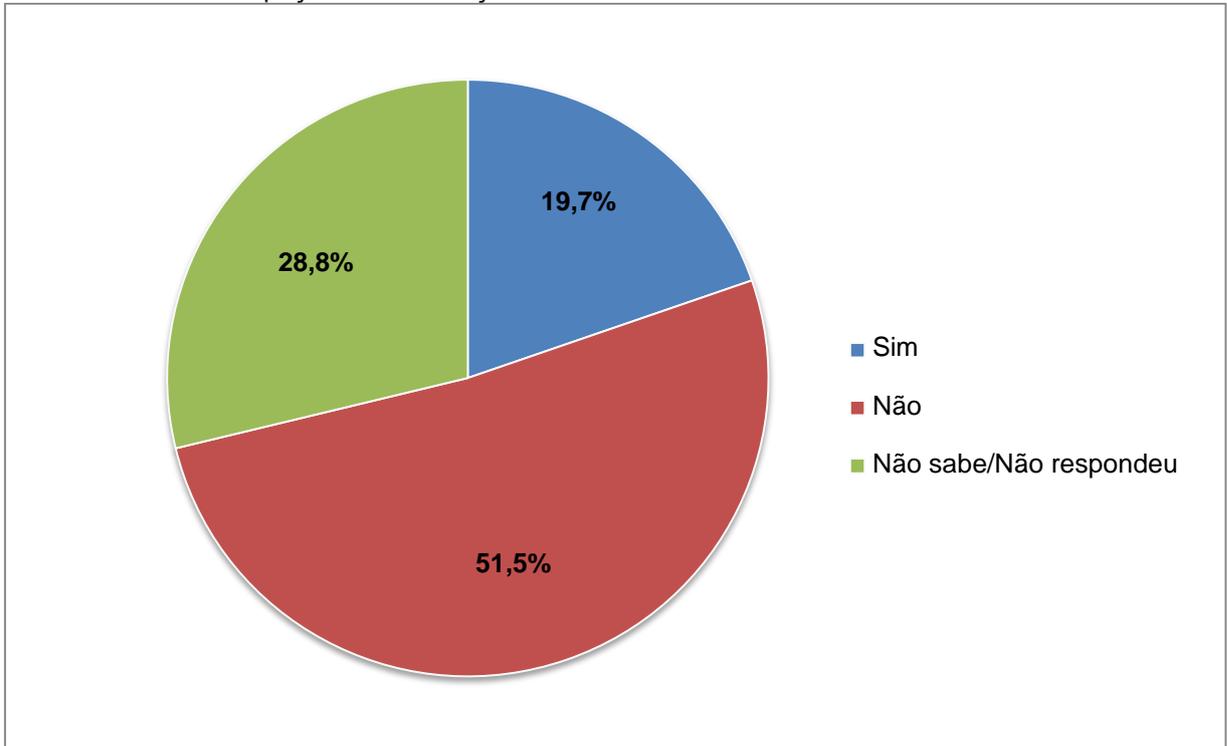
Tabela 10 – “Na sua opinião existiu participação da Associação de Moradores?” – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Sim	13	19,7	19,7	19,7
Não	34	51,5	51,5	71,2
Não sabe/Não respondeu	19	28,8	28,8	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Os dados relativos aos resultados sobre o questionamento da participação da Associação de Moradores na implantação da política pública de saneamento podem ser visualizados no Gráfico 10:

Gráfico 10: “Participação da Associação de Moradores”



Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

A população do bairro do Passo entende que a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico causou muito transtorno aos moradores, os quais foram representados por 59,1% das respostas obtidas na pesquisa. Porém, 10 entrevistados responderam que não houve nenhum transtorno (15,2% das pesquisas).

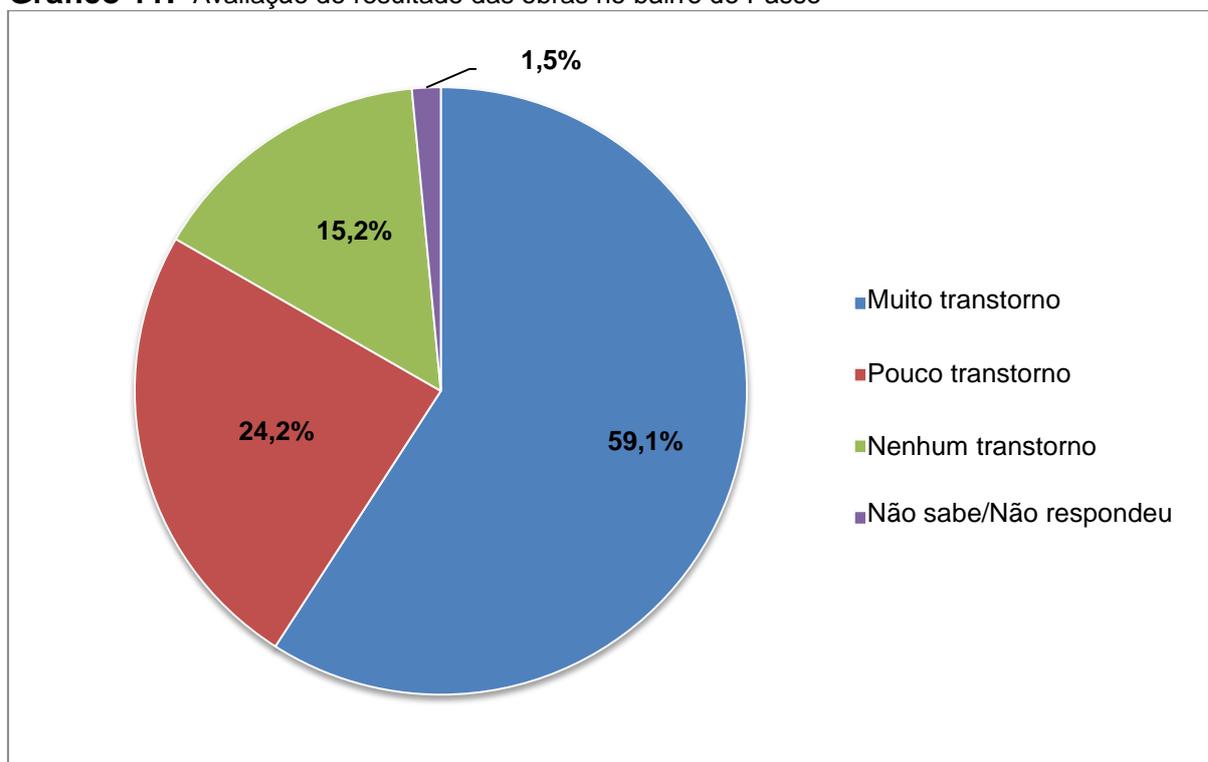
Tabela 11 – “Na sua opinião qual o resultado das obras de implantação das redes de esgoto aqui no bairro do Passo?” – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Muito transtorno	39	59,1	59,1	59,1
Pouco transtorno	16	24,2	24,2	83,3
Nenhum transtorno	10	15,2	15,2	98,5
Não sabe/Não respondeu	1	1,5	1,5	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Como pode ser visualizado no Gráfico 11, pouco mais de 20% dos entrevistados não percebeu transtornos com as obras que estão sendo realizadas no bairro do Passo:

Gráfico 11: “Avaliação do resultado das obras no bairro do Passo”



Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Com relação a qualidade de vida, os entrevistados entendem que a implantação de uma política pública no bairro do Passo trará melhoras, com um percentual de 47%.

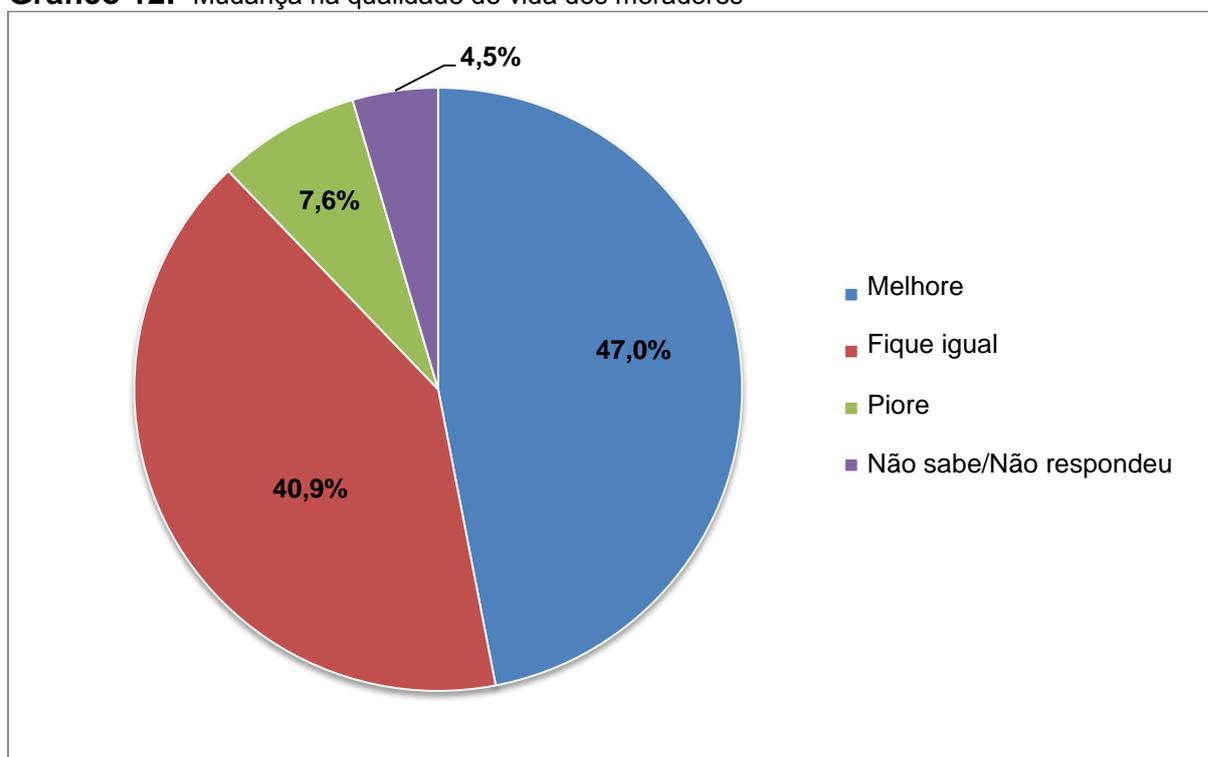
Tabela 12 – “Como ficou a qualidade de vida dos moradores após a implantação das redes de captação de esgoto?” – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Melhor	31	47,0	47,0	47,0
Ficou Igual	27	40,9	40,9	87,9
Variável Piorou	5	7,6	7,6	95,5
Não sabe/Não respondeu	3	4,5	4,5	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Ainda com relação a qualidade de vida dos moradores, o Gráfico 12 mostra que outros 7,6% dos pesquisados acreditam na piora da qualidade de vida. O pesquisador acredita que este percentual de respostas esteja ligado a questões como o pagamento da taxa de esgoto, que será cobrada após a finalização da obra.

Gráfico 12: “Mudança na qualidade de vida dos moradores”



Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Ao analisar a questão da saúde pública percebe-se um equilíbrio entre os itens que representam melhoria (47%) e igualdade na situação (com 40,9%), representando um contingente de 58 moradores pesquisados.

Nota-se ainda, que parte dos pesquisados interpreta de forma equivocada o sentido da expressão “saúde pública e esgotamento sanitário”, como sendo “atendimento na rede pública de saúde”.

Tabela 13 – “Como ficou a saúde pública depois da implantação das redes?” – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Melhorou	31	47,0	47,0	47,0
Ficou igual	27	40,9	40,9	87,9
Variável Piorou	1	1,5	1,5	89,4
Não sabe/Não respondeu	7	10,6	10,6	100,0
Total	66	100,0	100,0	

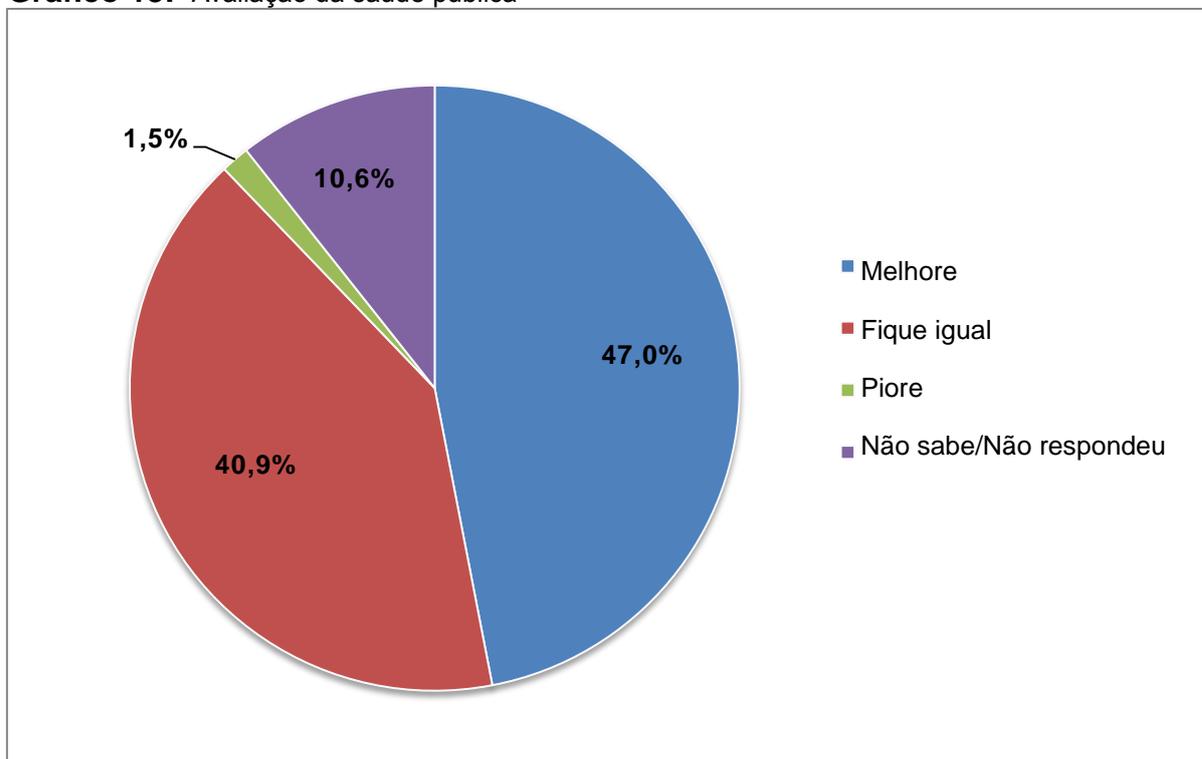
Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Para o Poder Público, nas palavras de Léo Augusto Schultz Tatsch:

O que se percebe é que a grande maioria da população quer uma solução para o esgoto, mas não quer fazer uma fossa (séptica), por exemplo, ou pagar a contribuição, pois não percebe que o custo para a manutenção do esgotamento sanitário é pequeno, se comparado a custos diários que a população tem, como o litro da gasolina ou de remédios para cura de doenças causadas pela ausência de saneamento, como a diarreia.

O Gráfico 13 apresenta a situação da saúde pública, conforme a opinião dos moradores consultados:

Gráfico 13: “Avaliação da saúde pública”



Fonte: dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Com um índice de 66,7%, ou seja, 44 respostas, verifica-se que há expectativa dos moradores no que se refere à valorização dos imóveis atingidos pela implantação das redes de captação de resíduos.

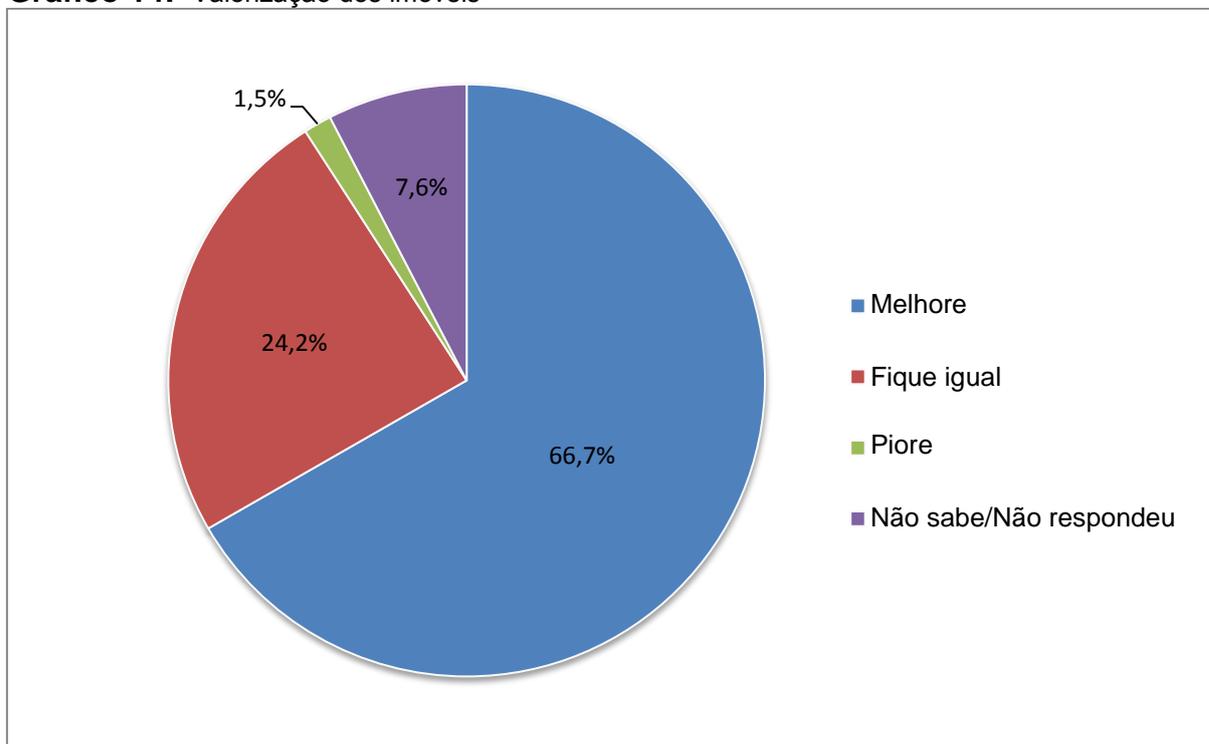
Tabela 14 – “Como você acha que ficou a valorização dos imóveis atingidos pela implantação das redes de esgoto?” – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Melhorou	44	66,7	66,7	66,7
Ficou igual	16	24,2	24,2	90,9
Variável Piorou	1	1,5	1,5	92,4
Não sabe/Não respondeu	5	7,6	7,6	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

No Gráfico 14, observa-se que apenas 1,5% dos moradores responde que a atual situação irá piorar:

Gráfico 14: “Valorização dos imóveis”



Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Ao analisar o prognóstico exposto por meio dos pesquisados, relativo à “preservação do meio ambiente”, encontra-se um percentual de 59,1% respondendo como melhoria na situação apresentada atualmente.

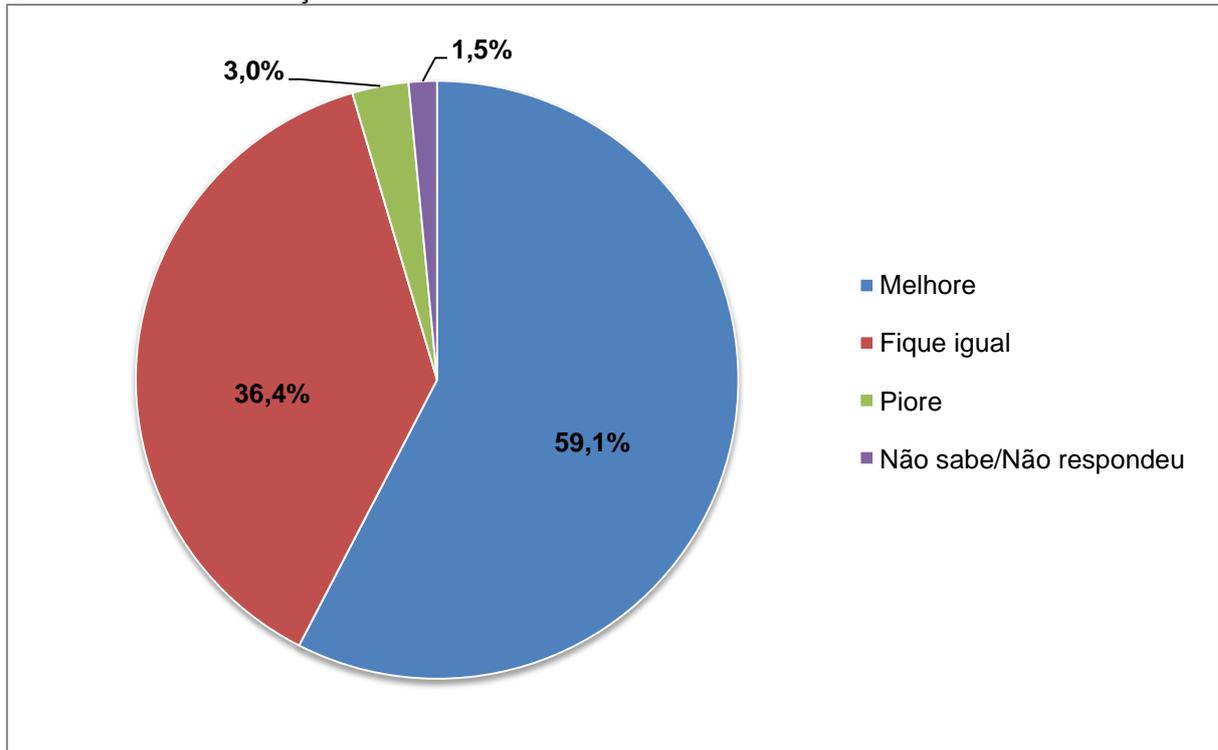
Tabela 15 – “Na sua opinião, de uma forma geral, como ficou o meio ambiente?” – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015.

	Respostas	%	Percentual Variável	Percentual Acumulado
Melhorou	38	59,1	59,1	59,1
Ficou igual	25	36,4	36,4	95,5
Variável Piorou	2	3,0	3,0	98,5
Não sabe/Não respondeu	1	1,5	1,5	100,0
Total	66	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Analisando o Gráfico 15, temos a amostra daqueles moradores que acreditam que a situação relacionada ao meio ambiente irá permanecer como está, atingindo um percentual de 36,4%, o que equivale um total de 25 pesquisados.

Gráfico 15: “Preservação do meio ambiente”



Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

Na análise dos dados relativos ao item “Desenvolvimento do Município”, contata-se, com base na argumentação dos pesquisados, que um percentual de 57,6% considera que a implementação da rede de esgoto favorece o desenvolvimento do município.

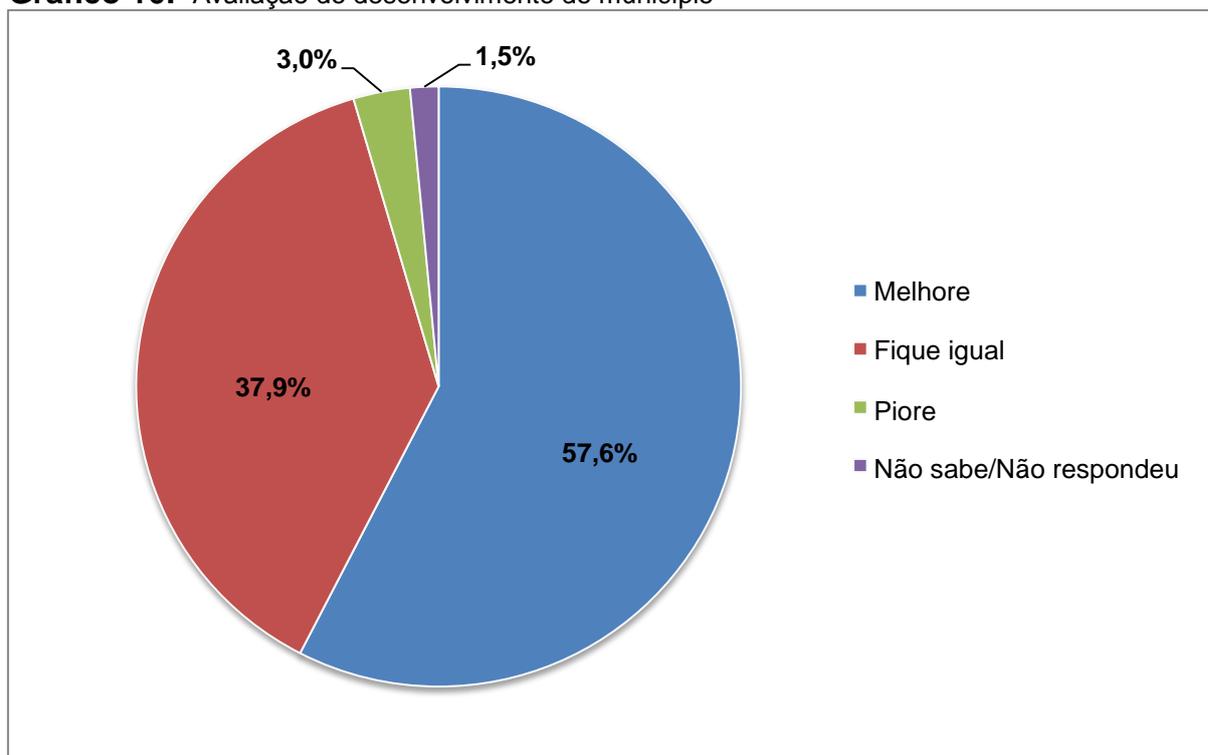
Tabela 16 – “Na sua opinião como ficou o desenvolvimento de São Borja?” – bairro do Passo, São Borja/RS, 2015

	Variável	%	Variável Percentual	Percentual Acumulado
	Melhorou	38	57,6	57,6
	Ficou igual	25	37,9	95,5
Variável	Piorou	2	3,0	98,5
	Não sabe/Não respondeu	1	1,5	100,0
	Total	66	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no Bairro do Passo, em São Borja/RS.

Para 37,9% dos pesquisados o desenvolvimento local permanecerá igual, mesmo após a implantação das redes de captação de esgoto, conforme traz o Gráfico 16:

Gráfico 16: “Avaliação do desenvolvimento do município”



Fonte: Dados da pesquisa realizada pelo autor, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2015, no bairro do Passo, em São Borja/RS.

De uma forma geral, pode-se dizer que os dados apresentados através da pesquisa de campo apontam que uma das premissas básicas da política pública – a

que se refere ao interesse da população na implantação desta – não foi realizada, ou seja, a população não foi realmente consultada pelo Poder Público.

Ainda que a implantação das redes de captação de esgoto não esteja concluída, o presente trabalho apresenta aspectos positivos e negativos, que estão nas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência política tem sua origem na Grécia Antiga, com Aristóteles estudando a *polis* e as suas estruturas. No Brasil, surge em meados dos anos 1960 e traz como uma das responsabilidades do cientista político, a proposição de soluções a problemas da sociedade. Para isso, o profissional necessita conhecer a realidade do meio em que está inserido.

O presente trabalho apresentou-se vislumbrando atender a questões relacionadas com: a qualidade de vida da população, a implantação de políticas públicas, o saneamento básico e o esgotamento sanitário.

Os temas abordados estão embasados na Lei Federal nº 11.445/07, a qual trata das responsabilidades dos entes para a instalação do saneamento básico. Dessa forma, o município de São Borja criou o Plano Municipal de Saneamento Básico para o atendimento da legislação vigente.

Dentre os objetivos iniciais do projeto estava o intuito de desmistificar a expressão políticas públicas para a comunidade atingida com a implantação das redes de captação de esgoto. Percebeu-se, durante a execução das pesquisas, realizadas no período entre 10 e 12 de outubro de 2015, com 66 moradores do bairro do Passo, que para estes o termo está diretamente relacionado com questões políticas no sentido partidário, pois dentro desta amostra temos oito pesquisas que foram respondidas com base nesse entendimento, sendo utilizados os termos: política, eleições, impostos e verbas, como pode ser observado no Gráfico e na Tabela 7, do Capítulo anterior

Ainda voltado aos objetivos desta proposta foram observadas as questões de implantação de uma política pública de saneamento básico na cidade de São Borja, visando-se à captação de resíduos de esgoto sanitário no bairro do Passo, a qual foi a primeira área a ser contemplada pelo contrato firmado entre Prefeitura Municipal e Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

Com relação ao processo de implantação da política pública de saneamento básico, observa-se que este ainda está em execução, pois dentro do ciclo de políticas públicas e suas sete fases principais, as quais foram trazidas por Secchi (2013), as obras encontram-se na fase de implementação, o que significa dizer que ainda é necessária a avaliação e a extinção desta.

Conforme os dados obtidos com a pesquisa de campo realizada, em torno de 60% das obras propostas para a região abrangida no bairro do Passo estão concluídas, visto que as mesmas iniciaram após dezoito meses da contratação da autarquia para a prestação dos serviços.

Outro fato que não permite a conclusão da implementação da política pública e a sua avaliação está ligado ao período de contratação da autarquia responsável pela prestação de serviços de coleta e tratamento do esgoto sanitário: firmado entre a organização e o Poder Público, que terá um prazo de 30 anos para exploração e realização de ações voltadas ao saneamento básico em toda cidade de São Borja.

Os dados que chamam a atenção nos resultados da pesquisa referem-se à declaração de desconhecimento da comunidade atingida acerca da realização de obras e benefícios do saneamento básico à saúde pública. No que se relaciona à realização das obras, 87,5% dos pesquisados responderam que não foram informados pelo Poder Público ou pela autarquia que seriam ou já estavam sendo realizadas melhorias na rede de captação de esgoto.

Em contrapartida, ambas entidades declaram que através de programas de rádio, publicações em jornais impressos e distribuição de folders, entre outros meios de comunicação, foi divulgado o processo previamente. Pode-se perceber uma diferença entre o que a população e os demais envolvidos entendem por divulgação da informação.

Outra questão verificada nos resultados da pesquisa corresponde a participação da comunidade em audiência pública –fase importante da implementação da política pública- que mostrou-se inexpressiva, pois na amostra coletada, 61 moradores, ou seja, 92,4% disseram não ter participado de ato público. Na busca pelos dados para a produção do trabalho, foi encontrada a notícia da realização de audiência no mês de novembro de 2012, na Câmara de Vereadores de São Borja, o que para o entendimento do Poder Público representa o envolvimento da população no processo.

Entre as contribuições positivas obtidas com a realização desta pesquisa está a possibilidade de o cidadão residente no bairro do Passo ter sua opinião ouvida com relação às questões de saneamento básico e captação de esgoto. Dessa forma, o pesquisador pode notar que é necessário maior investimento na divulgação de conceitos e dos benefícios das ações referentes a realização de obras na rede de coleta, tratamento e destino dos resíduos sólidos.

A participação da população permite um envolvimento de todos os setores e gera um movimento de conscientização e de responsabilidade das diversas áreas no desenvolvimento do município.

No que se refere as questões de saúde pública, percebe-se um desconhecimento sobre o tema, assim como ocorrido com relação a expressão política pública, uma vez que os residentes pesquisados entendem por saúde pública o atendimento em postos de saúde e hospitais públicos.

No entanto, sabe-se que nas regiões atingidas por uma rede de captação de esgoto de qualidade, como ocorrido no bairro do Passo, há benefícios como a diminuição da ocorrência de infecções ocasionados por vetores que entram em contato com o esgoto, bem como redução dos custos com o tratamento de água potável. Neste sentido, o Poder Público, nas palavras de Tatsch, refere que a cada real investido em saúde pública são economizados outros três na prevenção da saúde. Isto reflete a preocupação do Poder Público Municipal em investir nas redes de captação, tratamento e destinação do esgoto sanitário em São Borja.

Outro benefício relacionado a destinação correta do esgotamento sanitário está na diminuição das fossas sépticas, as quais acabam por poluir os lençóis freáticos, em especial o Aquífero Guarani e o Rio Uruguai, que banha a cidade. Com o tratamento correto do esgoto sanitário, as águas que serão devolvidas ao rio estarão tratadas e seu nível de contaminação estará eliminado.

Do outro lado, estão os malefícios da implantação das redes de esgoto. Entre os prejuízos constatados estão: demora no início das obras (somente após dezoito meses da assinatura do contrato, as primeiras movimentações foram verificadas pelos moradores), destruição do asfalto, demora na repavimentação, o entupimento das redes de esgoto (neste caso, a população fez a ligação direta do esgoto residencial à rede coletora, pelo desconhecimento do processo de instalação).

Observam-se nesse sentido, as declarações dos entrevistados em que mais da metade (59,1%) disseram ter havido “muito transtorno” durante as obras de instalação das redes de captação de esgoto (vide Gráfico e Tabela 11), enquanto outros 15,2% declararam não ter percebido “nenhum transtorno” com as obras. Vale destacar que, conforme as informações do gerente da CORSAN, em algumas áreas do bairro do Passo a geografia do terreno prejudicou o andamento dos trabalhos a serem executados, necessitando os profissionais de maior período para a compactação do terreno e posterior instalação das redes de captação.

Partindo para as observações finais deste projeto, pode-se dizer que o mesmo trouxe percepções importantes, principalmente no que tange a disseminação do conhecimento para a população. Acredita-se que isto será possível com a realização de palestras nos bairros que serão atingidos pelas próximas fases da implantação das redes de captação de esgoto, bem como através da divulgação do presente trabalho a bibliotecas públicas e seu compartilhamento com as organizações envolvidas no processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Sérgio Rezende de. **Leis Autorizativas**. Disponível em: <http://www.srbarros.com.br/pt/leis-autorizativas.cont> . Acesso em: 12 de nov. de 2015.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 2.481**, de 3 de outubro de 1988. Brasília, Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12481.htm

BRASIL. **LEI Nº 11.445**, de 05 de janeiro de 2007. Imprensa Oficial, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/11445.htm

BRASIL. **LEI Nº 9.443**, de 08 de janeiro de 1997. Imprensa Oficial, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

COSTA, Bertoldo da Silva. **Universalização do Saneamento Básico: Utopia ou Realidade, A efetivação do capital social na política pública de saneamento básico**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processo**. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. São Paulo: Atlas, 2008.

Entrevista: **José Valdir Machado dos Santos**. Concedida ao autor em 19 de setembro de 2015.

Entrevista: **Leo Augusto Schultz Tatsch**. Concedida ao autor em 01 de setembro de 2015.

FERREIRA, Rosenildo Gomes: **US\$ 3,6 bilhões. E o rio continua sujo**. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticia/economia/20140417/bilhoes-rio-continua-sujo/147396.shtml> . Acesso em: 29 de out. de 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, A. J. A.; CARVALHO, D. F.; SILVA, L. D. B. **Apostila de Saneamento Básico – Notas de Sala de Aula**. 2007. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf> . Acesso em 08 mai. 2015.

HELLER, Leo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. **Revista Eletrônica Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v3n2/7152.pdf>

Instituto Trata Brasil. **Manual de Saneamento Básico**. 2012. Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa16/manual-imprensa.pdf> . Acesso em 08 de abr. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnica de Pesquisa. In: Técnica de Pesquisa. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Revista Digital Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>

SEABRA, Giovanni de Farias. **Pesquisa Científica: O Método em Questão**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª Ed. São Paulo: Editora: Cengage Learnig, 2013

O'DONNEL, Guillermo. **Democracia, Agência e Estado: Teoria com Intimação Comparativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Organização Mundial da Saúde. **Conceito sobre saneamento básico**. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/> . Acesso em: 09 abr. 2015.

Prefeitura Municipal de São Borja. **Audiência Pública debate o Saneamento Básico municipal**. Disponível em: http://www.saoborja.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=424:audiencia-publica-debate-o-saneamento-basico-municipal&catid=65:ultimas%20noticias&Itemid=1315 . Acesso em 03 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, de 03 de outubro de 1989. Imprensa Oficial, Brasília, 1989. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=WQdlfgNoXO4%3d&tabid=3683&mid=5359>

RIO GRANDE DO SUL. **LEI N° 12.037**, de 19 de dezembro de 2003. Imprensa Oficial, 2003. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNomas=47131&hTexto=&Hid_IDNorma=47131

SÃO BORJA. **LEI N° 4.629**, de 12 de novembro de 2012. São Borja, 2012. Disponível em: <http://www.camarsaoborja.rs.gov.br/arquivos/leis/lei4629.pdf>

SÃO BORJA. **DECRETO N° 12.440**, de 25 de fevereiro de 2010. São Borja, 2010. Disponível em: <http://www.flashsb.com.br/index.php?setor=18&N=2510>

SOUZA, Celina. **Dossiê “Federalismo” – Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988**. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100008 . Acesso em 21 mai 2015.

VII Fórum Mundial da Água. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/04/duas-de-cada-tres-pessoas-sofrerao-com-falta-de-agua-em-2050-diz-onu.html> . Acesso em: 14 de abr. 2015.

_____. Disponível em <http://aguasdobrasil.org/edicao-10/os-preparativos-do-brasil-para-o-7o-forum-mundial-da-agua.html>. Acesso em: 14 de abr. 2015.

ANEXOS

Os anexos referentes a este Trabalho encontram-se em pastas separadas, neste mesmo arquivo gravado.